



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

As questões parlamentares enquanto medida de atenção legislativa para com a agenda de defesa nacional: Um estudo sobre o caso de Portugal entre 1999 e 2019.

Henriqueta Souza Sampaio

Mestrado em Ciência Política

Orientador(a):

Doutora Helena Carvalho, Professora Catedrática
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador(a):

Doutor Octavio Amorim Neto, Professor Titular
Fundação Getúlio Vargas

Abril, 2021

As questões parlamentares enquanto medida de atenção legislativa para com a agenda de defesa nacional: Um estudo sobre o caso de Portugal entre 1999 e 2019.

Henriqueta Souza Sampaio

Mestrado em Ciência Política

Orientador(a):

Doutora Helena Carvalho, Professora Catedrática
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador(a):

Doutor Octavio Amorim Neto, Professor Titular
Fundação Getúlio Vargas

Abril, 2021

*Aos loucos, utópicos e idealistas,
que juntos trabalhamos por
um Mundo Bem Melhor*

Agradecimento

Agradeço a Deus pela existência; aos meus pais, Edna e Carlos (*in memorian*), pela oportunidade da Vida; à minha avó Dilma (*in memorian*) pelo exemplo de força, fé e bondade. Ao meu irmão Edgar, pela incontável ajuda na revisão deste estudo. Aos meus amigos que mesmo estando do outro lado do Atlântico, estão presentes na minha vida tal como faz parte dos meus dias os amigos que Portugal me deu.

Agradeço a minha orientadora, professora Dr^a. Helena Carvalho, pela paciência, doçura, compreensão e otimismo com que me ajudou a superar todos os óbices naturais da estatística.

Ao meu co-orientador, professor Dr. Octavio Amorim Neto, meu muitíssimo obrigada pelo apoio incondicional no desenvolvimento desta pesquisa, pelas sugestões de leitura, diversas provocações intelectuais e inúmeras revisões. Obrigada por acreditar em mim e por ser exemplo.

Agradeço ao Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, pela Bolsa Institucional concedida, o que contribuiu não somente com o apoio financeiro, mas principalmente com diversas vivências acadêmicas e institucionais. Ao meu professor do Mestrado em Ciência Política, Dr. José Santana Pereira, muito obrigada pela paciência e inspiração, em especial no momento final em que se manteve atencioso e compreensivo.

Agradeço ao Estado-Maior da Armada pela oportunidade do estágio curricular na Área de Estratégia da Divisão de Planeamento, em especial ao Comandante Bulcão Sarmiento, Cmdte. Frescata, Cmdte. Rodrigues Pedra e à Cmdte. Ernestina. Um especial agradecimento ao professor e Almirante Silva Ribeiro que, na qualidade de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, continuou a exercer seu dom de mestre; ao Cmdte. Silva Pinto e ao Cmdte. Serafim por todo suporte e ajuda em diversos momentos desta investigação.

Agradeço ao investigador Dr. Jorge M. Fernandes pelas inúmeras contribuições que vão desde as valiosas dicas para a elaboração da base de dados às indicações bibliográficas e sugestões que ajudaram no rumo desta investigação.

Ao professor Mestre e ex-deputado António José Seguro por elucidar a vivência parlamentar, por ter concedido uma entrevista e ser solícito às inúmeras reflexões que foram surgindo no decorrer da análise dos resultados e discussões, meu muito obrigada.

Ao Paulo Matos, cúmplice de sonhos, planos, vivências e de todas as formas de amor e amar, obrigada por ser presente nos meus dias e madrugadas, pela parceria hermética e por ser porto seguro.

Resumo

O objetivo desta dissertação é analisar o comportamento dos deputados que se envolvem com a defesa, em especial por meio das questões escritas enviadas para o Ministério da Defesa Nacional entre os anos de 1999 e 2019. Pretende-se aferir se as características relacionadas com os parlamentares, como a experiência profissional, a atuação parlamentar, a ideologia, o contexto político de oposição e os incentivos eleitorais, bem como a saliência do tema em Portugal, têm efeito no comportamento do político. Os dados primários foram obtidos no site do Parlamento e no *google trends*; os dados secundários têm como fonte documentos oficiais. Os resultados indicam que os deputados que enviam mais questões sobre a defesa são àqueles de oposição ao Governo, seguido dos com atuação parlamentar na área e com experiência profissional relacionada ao tema. São esses também os preditores com maior efeito para explicar o envio de questões para o MDN. Por outro lado, os resultados apontam que a ideologia e os incentivos eleitorais não são capazes de explicar ou prever o comportamento no que se relaciona à defesa. Essa investigação espera contribuir para os estudos sobre o uso da função de controle em Portugal e sobre o comportamento parlamentar para com o tema da defesa nacional.

Palavras-chave: Assembleia da República Portuguesa, Questão parlamentar, Defesa Nacional.

Abstract

The aim of this dissertation is to analyse the behavior of deputies involved in defense, especially through written questions sent to the Ministry of National Defense between the years 1999 and 2019. It is intended to assess whether the characteristics related to parliamentarians, such as professional experience, parliamentary performance, ideology, the opposition political context and electoral incentives, as well as the salience of the theme in Portugal, have an effect on the politician's behavior. The primary data were obtained from Parliament's website and google trends; secondary data comes from official documents. The results indicate that the deputies who send more questions about the defense are those opposed to the Government, followed by those with parliamentary performance in the area and with professional experience related to the topic. These are also the predictors with the greatest effect in explaining the submission of questions to the MDN. On the other hand, the results show that ideology and electoral incentives are not able to explain or predict behavior in relation to defense. This investigation hopes to contribute to studies on the use of the control function in Portugal and on parliamentary behavior towards the topic of national defense.

Keywords: Assembly of the Portuguese Republic, Parliamentary question, National Defense.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
Capítulo 1. Enquadramento Teórico	3
1.1. A Assembleia e a função do Controle Parlamentar	3
1.1.1. As Questões Parlamentares	5
1.2. O Parlamento e a Defesa	8
Capítulo 2. O Parlamento e a Defesa Nacional em Portugal	14
2.1. A Assembleia da República Portuguesa	14
2.2. A Agenda da Defesa Nacional em Portugal	15
2.3. Determinantes da Atenção à Defesa em Portugal	18
Capítulo 3. Método	21
3.1. Estudo de caso	21
3.1. Descrição da amostra	21
3.3. Recolha dos dados	22
3.4. Variáveis	24
3.4.1. Variável dependente	24
3.4.2. Variáveis independentes	25
3.5. Análise de dados	25
Capítulo 4. Resultados e Discussão	26
Conclusões	34
Referências Bibliográficas	37
Documentos consultados	42
Legislação consultada	43
Anexos	45

Índice de Figuras e Quadros

Figura 1 – Modelo de Análise	20
Quadro 1 – Cruzamento das variáveis dicotômicas	26
Quadro 2 – Coeficiente de correlação de Pearson	30
Quadro 3 – Regressão Categórica	32

Glossário de siglas

AR Assembleia da República

BE Bloco de Esquerda

EMGFA Estado-Maior General das Forças Armadas

EUA Estados Unidos da América

MDN Ministério da Defesa Nacional

PAN Pessoas-Animais-Natureza

PEV Partido Ecologista “Os Verdes”

PCP Partido Comunista Português

PS Partido Socialista

PSD Partido Social Democrata

UE União Europeia

Introdução

A função do controle político dos atos do Governo e da Administração – também denominado de controle parlamentar – é uma das funções clássicas dos Parlamentos (Vitorino, 1988; Cotta, 2002: 883-886; Freire *et al.*, 2002: 24-45) e pode ser exercida através dos debates, perguntas, interpelações e inquéritos (Freire *et al.*, 2002: 76). O controle parlamentar exerce influências que vão além da arena parlamentar e dos efeitos normativos por ele produzidos, pelo que os instrumentos das perguntas, interpelações e inquéritos são alvos de pesquisas exaustivas (Leston-Bandeira, 1995: 3).

É nessa lacuna que o presente estudo se insere, o qual busca compreender quais fatores estão associados ao comportamento dos parlamentares da Assembleia da República Portuguesa relativamente ao tema da defesa nacional, enquanto pergunta de partida.

O período de análise abrange as seis legislaturas entre os anos de 1999 e 2019, totalizando 20 sessões legislativas. O período abrange a totalidade dos dados disponíveis (eletronicamente) pela Assembleia relativamente às questões enviadas para a pasta da defesa. Embora a literatura recente avance com resultados de que a quantidade de questões é maior na última sessão legislativa (Fernandes *et al.*, 2018), esse estudo não analisa esse viés.

Uma característica importante no estudo comparado entre legislaturas dentro de um mesmo sistema é “a perspectiva do controle parlamentar, uma vez que permite uma percepção clara das mudanças de estratégia operadas pelos vários protagonistas da cena parlamentar” (Leston-Bandeira, 1995: 2) em especial quando há mudança no Governo – o que se verifica no caso¹. Além disso, quando o Governo é minoritário ou de coalizão, as questões – somadas às audiências e resoluções – aparecem como a estratégia de responsabilização mais relevante em Portugal (Sánchez de Dios, 2019: 192). Essa diversidade de Governos é importante para as análises sobre comportamento e a função do controle parlamentar (Leston-Bandeira, 1995) e é refletida, nesta investigação, quando se observa o contexto político de oposição ao Governo.

O objetivo principal é investigar o comportamento dos deputados da Assembleia da República Portuguesa que se envolvem com o tema da defesa por meio do envio das questões escritas para o Ministério da Defesa Nacional (MDN), enquanto variável dependente. Os

¹ Durante o período de análise, Portugal teve os seguintes tipos de Governo: PS; PPD/PSD; maioria do PS; minoria do PS; coligação PPD/PSD; minoritário PPD/PSD; e minoritário PS.

objetivos secundários buscam verificar se características relativas aos parlamentares e à saliência do tema em Portugal se relacionam com o enviar questões sobre a defesa, especificamente a experiência profissional, a atuação parlamentar, a ideologia, o contexto político de oposição, os incentivos eleitorais e a saliência do tema em Portugal. Assim, essa dissertação se desenvolve na seguinte estrutura:

O Capítulo 1 faz um enquadramento teórico sobre a Assembleia e a função do controle parlamentar, o qual se insere o tema das questões parlamentares – foco deste estudo – e descreve o estado da arte sobre o Parlamento e a defesa nacional. Apresenta, ainda, as hipóteses de trabalho.

As questões são instrumentos eficazes para mensurar o ativismo dos deputados, pois por meio deste instrumento o parlamentar pode mobilizar uma agenda pessoal (Martin, 2013: 3; Fernandes *et al.*, 2018; Borghetto e Lisi, 2018), em contrapartida aos outros instrumentos legislativos, como as atividades em Plenário, que são mais controladas pelos partidos (Borghetto *et al.*, 2020:3). Além disso, o uso das questões permite atingir outros objetivos que não apenas o do controle político – como também será explorado nesse estudo – o que justifica a escolha das questões enquanto indicador para medir a atenção legislativa.

Com o Capítulo 2, é possível conhecer o estudo de caso – a Assembleia da República Portuguesa – e o tema da defesa nacional em Portugal, onde se verifica a evolução da agenda no escopo normativo, em especial a partir da redemocratização em 1974. Conforme Rozenberg *et al.* (2011), a agenda da defesa é menos atraente ao nível partidário e eleitoral por sua alegada unanimidade e falta de interesse da opinião pública, embora, no caso das questões orais, a área da defesa seja particularmente relevante. Isso ocorre devido à sua notável multidimensionalidade que resulta da conexão entre o tema da defesa e outros aspectos sociais, económicos, acerca da soberania nacional ou mesmo sobre considerações geopolíticas à questões locais, o que gera grande heterogeneidade no teor das questões orais (Rozenberg *et al.*, 2011: 341-342). É também apresentado neste capítulo os determinantes da atenção à defesa em Portugal e o modelo de análise que relaciona as variáveis independentes com o envio de questões para o MDN.

Já o Capítulo 3 avança com a estratégia metodológica e busca demonstrar os passos lógicos e sistemáticos da pesquisa (Coller, 2005:17), no qual apresenta o estudo de caso; a descrição da amostra; os passos seguidos na recolha dos dados e na definição das medidas; e de que forma se procedeu à análise estatística.

A pesquisa centra-se em apenas um caso: a Assembleia da República Portuguesa. A escolha pelo estudo de caso, em detrimento aos outros tipos de estudo, tem grande vantagem pois permite uma análise aprofundada em apenas um único caso mesmo com recursos limitados (Lijphart,1971:691) e assenta em dois motivos. Primeiro, há pouco estudo sobre a atenção legislativa para com a agenda de defesa em Portugal, suscitando uma lacuna que merece ser preenchida. Em segundo lugar, os procedimentos e regras sobre as questões são muito diferentes entre os países e, como ainda é um campo pouco explorado (Rozenberg e Martin, 2011), o estudo comparado sobre o uso de questões parlamentares encontra barreiras que dificultariam o desenvolvimento dessa investigação no nível de mestrado.

Ao todo, tem-se uma amostra com 5.281 deputados ao longo dos 20 anos que enviaram, para todos os Ministérios, um total de 209.590 questões escritas – dos quais 4088 foram para o MDN. Importante observar que este estudo contabiliza as questões mais de uma vez, pois considera todos os autores que assinaram a questão e não somente o primeiro autor, como sugere Borghetto *et al.* (2020: 2) ao considerar que o primeiro signatário é, geralmente, o autor da pergunta (Borghetto e Lisi, 2018).

A recolha dos dados ocorreu de duas formas: fontes primárias, em especial no site do parlamento.pt e do *google trends*; e em fontes secundárias em documentos oficiais sobre a defesa nacional, como por exemplo os Anuários Estatísticos da Defesa Nacional. Com isso, foi possível elaborar a variável dependente e as seguintes variáveis independentes: experiência profissional, atuação parlamentar, ideologia do espectro de direita, oposição ao Governo, distrito com indústria da defesa, militares em missões no exterior, peso relativo dos projetos de lei relacionados à defesa, e notícias na Web relacionadas à defesa. Esses dados foram analisados com o uso do SPSS, o qual procedeu aos testes estatísticos e à realização de uma regressão categórica.

No Capítulo 4 são apresentados os resultados e as discussões. Os principais resultados revelam que os deputados que mais enviam questões sobre a defesa são àqueles de oposição ao Governo, seguido pelos com atuação parlamentar na área e dos que têm experiência profissional relacionadas ao tema – sendo esses também os preditores com maior efeito no modelo de regressão categórica realizado.

Por fim, o estudo se encerra com as considerações finais, buscando contribuir com os avanços nos estudos legislativos e sobre a defesa nacional, em especial para o caso português, diminuindo uma lacuna existente. E faz diversas sugestões para pesquisas futuras.

Enquadramento Teórico

1.1 A Assembleia e a função do Controle Parlamentar

O termo assembleia “indica qualquer tipo de reunião de várias pessoas para discutir ou deliberar sobre questões comuns” (Matteuci, 2002: 60), podendo ser: para o direito privado, um conjunto de indivíduos interessados em solucionar um problema comum; para o Direito Público, local onde há representação coletiva; ou ainda, para o Direito Internacional, a arena onde estão representados os Governos dos Estados (Matteuci, 2002: 60). Na Ciência Política, no entanto, o termo assume três significados: Assembleia constituinte enquanto um poder superior ao poder Legislativo inerente à Assembleia legislativa ou Parlamento; regime de Assembleia o qual emana a não separação dos Poderes, diferenciando-se do regime parlamentar; e a Assembleia enquanto parte de uma instituição assente na democracia direta, o que a distingue dos processos de representação (Matteuci, 2002: 60-61).

Kreppel (2014: 83) aponta a dificuldade, em especial nos estudos legislativos comparados, relativamente aos termos utilizados: “assembleia”, “congresso”, “parlamento” e “legislatura”. Em um esquema visual simples, o autor sintetiza a hierarquia entre os conceitos da seguinte maneira: os parlamentos e os congressos apresentam-se como opções distintas das legislaturas, enquanto a ideia de assembleia abrange todas essas opções.

Quanto ao “parlamento” e “congresso”, a distinção principal recai sobre características estruturais do sistema político, em especial ao nível de interdependência entre os poderes Executivo e Legislativo: nos sistemas parlamentares, o Executivo é eleito pelo Legislativo e entre eles há uma relação mútua e alto grau de dependência, no qual as legislaturas são também chamadas de Parlamento; já nos sistemas Presidencialistas, o Executivo é eleito pelo povo e a sua relação com o Legislativo se dá através da separação dos poderes – nesses casos, o nome das legislaturas é comumente conhecido como Congresso (Kreppel, 2014: 85-86). Nos casos de países em que há um sistema Semipresidencial, o Executivo é eleito pelo povo e a relação do Governo com o Legislativo fica a depender da confiança parlamentar (Elgie, 2004: 316), sendo, ainda subdividido em dois: o sistema *premier-presidencial* e o presidencial-parlamentar, sendo que no primeiro tipo o Primeiro-Ministro e o gabinete são ambos responsáveis perante (apenas) o Parlamento, enquanto no segundo ambos são responsáveis perante o Parlamento e o Presidente (Elgie, 2011 *apud* Amorim Neto, 2017: 62).

Este é o caso de Portugal, um sistema semipresidencial no qual “o Parlamento português, constituído por uma câmara de Deputados única, designa-se Assembleia da República” (Parlamento², 2020) e que assistiu aos dois subtipos de semipresidencialismo: primeiro, entre 1976 e 1982, o sistema presidencial-parlamentar; e, a partir de então, o sistema *premier-presidencial* (Amorim Neto, 2017: 62).

Independentemente da forma dos sistemas políticos citados, os Parlamentos têm quatro funções fundamentais ou clássicas: representação, legislação, controle do executivo e legitimação (Cotta, 2002: 883-886; Freire *et al.*, 2002: 24-45), podendo a importância de cada função variar conforme está a posição que o Legislativo ocupa dentro do sistema político (Cotta, 2002: 883). No entanto, é possível compreender que a representação ocupa uma posição preliminar enquanto o controle do executivo tem posição primordial (Cotta, 2002: 885). O Governo, dentre os órgãos³ de soberania, é o que tem uma relação mais estreita com a Assembleia da República (Sá, 1994: cap.3).

O controle do executivo ou fiscalização é também denominado de controle parlamentar – termo usado nesse estudo – e pode ser exercido através dos mecanismos de debates, perguntas, interpelações e inquéritos (Freire *et al.*, 2002: 76). Assim:

O controlo parlamentar envolve não só o ato de verificação da atividade governativa, mas igualmente a possibilidade de exercer influências sobre aquela atividade; implicando, portanto, consequências que ultrapassam a esfera da arena parlamentar e que não e reduzem a efeitos estritamente normativos. Daí que, para além dos clássicos mecanismos de responsabilização política, faça todo sentido analisar exaustivamente instrumentos de controlo como Perguntas ao Governo, as Interpelações ou as Comissões de Inquérito (Leston-Bandeira, 1995: 3).

Esta investigação, portanto, analisa a atenção legislativa para com a agenda da defesa nacional por meio das perguntas ao Governo, especificamente as questões escritas enviadas para o Ministério da Defesa Nacional entre 1999 e 2019.

1.1.1 As Questões Parlamentares

As questões parlamentares têm origem na Câmara dos Comuns inglesa onde são um procedimento usual desde o século XIX – também são conhecidos como *question time* (Leston-

² Definição disponível na página de internet do Parlamento português

<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/assembleia-como-orgao-soberania.aspx> Acesso em 29/11/2020.

³ Conforme aponta o autor (Sá, 1994, cap.3), os órgãos de soberania são a Presidência da República, o Governo, a Administração Pública Central, as Regiões Autónomas, as autarquias locais, o Tribunal Constitucional, os Tribunais, Provedor de Justiça e outros órgãos do Estado.

Bandeira, 1995: 125), especificamente com primeiros registros em 1721 (Rozenberg e Martin, 2011: 395). Nessas ocasiões, os membros parlamentares dispunham de um tempo para colocar questões orais aos ministros ou ao Primeiro-Ministro que se deslocavam regularmente ao Plenário para este efeito, como aponta Leston-Bandeira (1995: 125), servindo também para que os parlamentares pudessem testar o valor do conhecimento que os Ministros dominam sobre suas políticas (Wiberg e Koura, 1994: 30-31).

As questões são multifuncionais e motivadas por várias razões (Raunio, 1996: 357): como parte da rotina legislativa; para solicitar informações; em pressionar o Executivo a se posicionar formalmente ou mesmo a agir sobre certo tema; ou para informar os formuladores políticos sobre problemas os quais ainda não estejam familiarizados. Podem ser de duas formas: escritas, sendo estas enviadas para o Governo ou a Administração Pública; e orais, quando na presença de representantes do Executivo em Plenário ou nas Comissões, podendo ser seguidas ou não de debates (Freire *et al.*, 2002: 73; Russo e Wiberg, 2010:218-219) – a forma mais poderosa de questionamento é com o uso de perguntas orais, seguida de debates e moções (Russo e Wiberg, 2014: 222).

As questões orais lidam com temas mais abrangentes e genéricos, enquanto as questões por escrito tendem a tangenciar temas mais específicos e detalhados (Martin, 2011: 474), visto que suas respostas não são amplamente divulgadas (Rozenberg e Martin, 2011: 397). Além disso, as questões escritas – por permitirem que o gabinete do ministro tenha um tempo de pesquisa para responder à questão face à questão oral que tem resposta instantânea – são mecanismos menos eficazes para disputas políticas partidárias (Martin, 2013: 9). Tal como as interpelações e os inquéritos, as questões enquadram-se como instrumentos clássicos da função de controle político do Legislativo sobre o Governo e a Administração Pública (Vitorino, 1988; Freire *et al.*, 2002; Leston-Bandeira, 2002).

As questões permitem que o parlamentar obtenha a atenção e publicidade para sua figura pessoal, ajudando a construir uma reputação em assuntos particulares e permitindo demonstrar a preocupação pelos interesses dos constituintes (Wiberg e Koura, 1994: 30-31). As questões orais em países como França, Espanha, Reino Unido e Alemanha são amplamente utilizadas por especialistas para a sua autopromoção (Rozenberg *et al.*, 2011). No caso da Espanha, por exemplo, onde as atividades dos deputados são fortemente restritas pelo Grupo Parlamentar (Jalali e Teruel, 2019: 52), as questões escritas – entre os instrumentos de controle – são as únicas em que os deputados são totalmente livres, apontam os autores. Nesse caso, as questões

tornaram-se um instrumento bastante utilizado a partir dos anos 1980, visto a liberdade que os deputados têm e o alto índice de resposta próxima aos 90% (Sánchez de Dios, 2019: 194).

Já as questões orais inserem-se em uma estratégia pessoal para angariar votos, revelando uma visão única sobre o comportamento legislativo individual (Martin, 2011: 475) e funcionam como um jogo estratégico em que os protagonistas colocam questões e oferecem respostas para tentar avançar seus respectivos objetivos (Russo e Wiberg, 2014: 229). Isso é incrementado com o uso das novas tecnologias, por exemplo, a cobertura da mídia e a transmissão das discussões em Plenário aos cidadãos comuns (Sánchez de Dios, 2019: 196), como ocorre na Inglaterra semanalmente: a TV e o rádio transmitem o tempo destinado às questões orais ao Primeiro-Ministro ao vivo, e a imprensa escrita relata no dia seguinte (Martin, 2013: 4).

Conforme aponta Rozenberg e Martin (2011), as questões podem ser analisadas de três maneiras: pela sua forma, que pode ser no formato individual, por grupos parlamentares ou por setores fora do Parlamento, como grupos empresariais ou de eleitores; pelo seu uso, que vai desde formular questões bem precisas até os temas mais amplos e genéricos; e pelo seu impacto, visto que as questões são caracterizadas pela ausência de obrigação direta na agenda legislativa e governamental (Rozenberg e Martin, 2011: 395). Atuam, portanto, em duas dimensões e que agem em simultâneo, pois servem tanto para solicitar informações quanto para as fornecer, no qual cria um fluxo de enviar sinais a diferentes atores, seja o Governo, os partidos, outros parlamentares, mídia e eleitores (Russo e Wiberg, 2014: 217-218).

Relativamente às questões na área da defesa e face a pouca literatura específica sobre o tema, o artigo de Rozenberg *et al.* (2011) avança com considerações sobre as questões orais sobre defesa nacional nos casos da Alemanha, Espanha, França e Reino Unido, o qual conclui uma notável heterogeneidade consoante o contexto institucional e político de cada país: no caso alemão, observou-se uma marginalidade no uso das questões orais sobre defesa, visto um alto envolvimento dos membros das comissões de defesa com o tema dentro dos comitês; por outro lado, na Espanha e França notou-se que os membros das comissões de defesa usam as questões orais para buscar recompensas, visto que as atividades nos comitês são menos cruciais; já no caso inglês, é notório que o tempo para questões é um instrumento usado pela oposição para confrontar o Governo, bem como serve como uma ferramenta de conflito entre os partidos (Rozenberg *et al.*, 2011: 350-351; Sánchez de Dios, 2019: 188). Nesta perspectiva, formularam-se duas hipóteses:

Hipótese 1: Deputados com experiência profissional na área da defesa enviam mais questões escritas para o MDN do que os deputados sem experiência profissional na área.

Hipótese 2: Deputados com atuação parlamentar na área da defesa enviam mais questões escritas para o MDN do que os deputados que não atuam na agenda da defesa.

O tempo destinado às questões é um instrumento fundamental para a democratização dos sistemas parlamentares (Conley, 2013: 80), existindo de forma onipresente em todas as democracias parlamentares (Russo e Wiberg, 2010: 215). Permite que os partidos de oposição e as minorias sejam capazes de responsabilizar o gabinete pelas políticas e ações ao colocar questões que exigem resposta espontânea, conferindo vitalidade para a manutenção da confiança no Governo pelo poder Legislativo (Conley, 2013: 80). Em sistemas presidenciais, como o caso do Chile, Estados Unidos e México, não se verifica algum instrumento equivalente às questões parlamentares, seja oral ou escrita (Martin, 2013: 2).

Na prática parlamentar, o controle é um instrumento usado predominantemente pela oposição (Sá, 1994: cap. 3) e, nesse sentido, os partidos da oposição são mais ativos no uso de questões (Rasch, 2011; Vliegenthart e Walgrave, 2011:1032), visto que os parlamentares da situação não costumam usar as questões para ministros de seu partido, deixando esse instrumento para a oposição (Dandoy, 2011: 321).

Quanto aos objetivos das questões, Cole (1999: 83) faz duas distinções: as questões enquanto instrumento para pressionar por alguma ação ou para divulgar falhas; e aquelas elaboradas para solicitar informações ao Governo, na qual, em sua maioria, são feitas por escrito. O uso das questões cria um ambiente de união entre membros de partidos da oposição e permite demonstrar as falhas do Governo (Wiberg e Koura, 1994: 30-31), onde independente do objetivo e da forma e que são feitas, as questões são influenciadas por considerações partidárias (Cole, 1999: 84). Portanto, os parlamentares fazem mais perguntas sobre as questões com os quais seu partido se preocupa e se identifica (Vliegenthart e Walgrave, 2011:1032).

Já as questões escritas podem ser usadas enquanto medidor de eficácia do Governo, pois exigem que as respostas sejam precisas, confiáveis e capazes de opinar sobre as atividades passadas e prospectivas (Rozenberg e Martin, 2011:397). Em democracias europeias, as perguntas orais servem como eficiente ferramenta para culpabilizar o Governo (Rozenberg *et al.*, 2011: 340). As questões permitem, ainda, que os parlamentares problematizem temas,

forçando a inserção na agenda política ou introduzindo elementos de excitação e drama ao jogo político (Wiberg e Koura, 1994: 30-31). Isso permite postular duas hipóteses.

Hipótese 3: Deputados do espectro político de direita enviam mais questões escritas para o MDN do que os deputados de esquerda.

Hipótese 4: Deputados de oposição enviam mais questões para o MDN do que deputados da maioria.

As questões permitem que os parlamentares solicitem informações e explicações sobre temas específicos, exercendo pressão por ações políticas (Wiberg e Koura, 1994: 30-31). Em conjunto com as audiências de membros do Governo e funcionários públicos de democracias parlamentares, as questões servem como um eficaz mecanismo para obter informações diretamente com o agente (Sánchez de Dios, 2019: 188). Por outro lado, grupos de interesse pressionam os parlamentares para questionar por escrito sobre temas específicos, visto que de outra forma seria difícil obter informações do Governo, que são obrigados a responder às questões (Lisi e Marquez, 2019: 136).

No caso da agenda da defesa nacional, as políticas na área geram consequências importantes para o eleitorado local onde há presença de indústrias da defesa e de bases militares (Rozenberg *et al.*, 2011: 341). Nas regiões em que há presença militar, políticos especializados com a defesa criam conexão com o eleitorado (Searing, 1994). Na França, por exemplo, quase metade das questões orais sobre a defesa são relacionadas às situações correlatas no círculo eleitoral de origem (Rozenberg *et al.*, 2011: 349).

Em sistemas de votação de representação proporcional em listas fechadas, como é o caso português (Lisi e Santana-Pereira, 2014), verifica-se que há poucos incentivos para cultivar votos pessoais (Fernandes *et al.*, 2018). Nesses casos, os partidos dominam a vida política e os vínculos entre deputados e eleitores é fraco (Borghetto *et al.*, 2020: 2) Isso se aplica também ao caso inglês, onde a representação política moderna é baseada em partidos e estes influenciam tanto o comportamento no legislativo quanto no eleitorado (Cox, 1987: 3-4). No entanto, mesmo nos casos de sistemas fechados e dominados pelos partidos, existe liberdade de ação individual (Leston-Bandeira, 2009), pois os deputados se envolvem em representações geográficas que não comprometem os partidos (Russo, 2011; Fernandes *et al.*, 2018).

As questões atuam no fluxo de informações e isto serve para enviar sinais aos eleitores (Russo e Wiberg, 2014: 217-218). Em um estudo sobre as questões orais no Parlamento

canadense, Penner *et al.*, (2006: 1009) apontam que os parlamentares de oposição priorizam nas questões os temas particulares de seu eleitorado. Por outro lado, no caso da Suíça, as questões orais são utilizadas, sobretudo, para obter informações do Executivo, tornando-se uma ferramenta distante para representar preocupações do eleitorado (Bailer, 2011: 302). Assim, é formulada a seguinte hipótese:

Hipótese 5: Deputados eleitos em círculos eleitorais com indústria de defesa enviam mais questões para o MDN do que deputados eleitos por círculos eleitorais sem indústria de defesa.

1.2 O Parlamento e a Defesa

Até o limiar dos anos de 1990, o foco da agenda de pesquisa era o caso norte-americano – isso mudou com o fim da Guerra Fria, altura em que aumentou o interesse político em envolver os parlamentares nas questões sobre segurança e defesa, abrindo espaço para uma literatura que passou a investigar também os parlamentos de países europeus (Mello e Petters, 2018: 5-6). Na prática, por exemplo, com o caso de países recém democratizados na América Latina, a atenção política à agenda da defesa tornou-se secundária com o fim dos regimes militares na região (Pion-Berlin & Trinkunas, 2007: 76).

Com o pós-11 de setembro de 2001, observa-se uma crescente literatura⁴ a abordar o papel dos parlamentos na agenda da defesa e segurança (Mello e Petters, 2018: 4), no qual os resultados demonstram divisões partidárias neste tema (Mello, 2014: 14). Atualmente, o foco da agenda se concentra no papel do Parlamento que, com seus instrumentos legais, é capaz de restringir as políticas governamentais na agenda de defesa e segurança (Mello e Petters, 2018: 4).

No entanto, ainda há lacunas em diversas áreas nesta agenda de pesquisa, por exemplo, (a) sobre as influências informais que existem nos fatores contextuais dos parlamentos e que impactam no processo decisório; (b) sobre a ausência de uma compreensão sistemática dos efeitos do envolvimento parlamentar na agenda de defesa e segurança; e (c) sobre o desconhecido território que é o papel dos parlamentos para a agenda de defesa e segurança (Mello e Petters, 2018: 4).

⁴ Conforme Mello e Petters (2018), veja mais sobre o tema em Ku e Jacobson, 2003; Kesgin e Kaarbo, 2010; Mello, 2012; Peters e Wagner, 2014; Dieterich *et al.*, 2015; Raunio e Wagner, 2017.

Em 2018, o *The British Journal of Politics and International Relations* lançou uma edição especial com textos sobre o Parlamento e a Defesa, contribuindo significativamente com o tema. Com base nestes textos e suas referências, essa revisão permite refletir diferentes visões sobre o tema, além de apresentar alguns casos específicos que ilustram a vastidão e relevância desta agenda.

Uma primeira perspectiva apresenta o papel do Governo na agenda de segurança e defesa, ilustrado pela já estabelecida literatura⁵ sobre a relação entre o Congresso norte-americano e a sua Presidência, relativamente às questões de política externa e segurança (Mello e Petters, 2018: 5).

No caso dos EUA, enquanto os presidentes têm uma boa margem de manobra na arena militar – em especial sobre o envio de tropas para o exterior sem autorização prévia do Legislativo – o Congresso conta com o apoio público, servindo como uma forma de controle do poder presidencial sobre o tema (Krines, 2018: 54), além dos poderes formais que existem para restringir o executivo relativamente à segurança e defesa (Dieterich *et al.*, 2015; Raube, 2014). Já os civis tiveram forte empenho nos processos políticos na área de defesa, o que é bem explorado por Locher (2002) com o caso da criação da Lei Goldwater-Nichols nos EUA, em 1986.

Outra visão discorre sobre o poder de veto em diferentes perspectivas, por exemplo, à luz da Teoria da Paz Democrática, Wagner (2018) analisa o efeito do envolvimento parlamentar na política de defesa e segurança para os casos de participação dos militares em missões externas, no qual busca explicar se a variação na tomada de decisão é alterada nos casos de democracias com e sem poder de veto. Após analisar a participação de dezenas de países em cinco missões militares, Wagner (2018) conclui que a decisão de se envolver depende do caráter da missão, visto que algumas restrições institucionais domésticas podem ser superadas pelas políticas de aliança a qual o país integra (Wagner, 2018: 131). Mello (2014) destaca a importância tanto dos fatores domésticos – política partidária, relação entre os poderes Executivo e Legislativo, diferenças constitucionais e a opinião pública – quanto do status de poder relativo de um país no sistema internacional e que podem influenciar na tomada de decisão em participar de conflitos armados (Mello, 2014: 13).

⁵ Conforme Mello e Petters (2018), veja mais sobre o tema em Auerswald e Cowhey, 1997; Hallett, 1998, 2012; Grimmett, 2001; Glennon, 2003; Howell e Pevehouse, 2005, 2007; Zeisberg, 2013; Scott e Carter, 2014; Böller, 2015; Fowler, 2015.

No Reino Unido – frente aos casos do Iraque, Líbia e Síria – o Parlamento estabeleceu uma prerrogativa para votar sobre o uso da força (Strong, 2015), estabelecendo um marco na baixa capacidade do Parlamento inglês em influenciar a política de segurança (Wagner *et al.*, 2010), quando comparado com outros países europeus (Mello, 2017). Em especial no caso da Síria, em 2013 a Câmara dos Comuns negou o pedido do Primeiro-Ministro em aprovar o uso da força contra o regime de Bashar-al-Assad (Strong, 2018: 20), ilustrando um exemplo clássico da versão institucionalista da Teoria da Paz Democrática na qual atores domésticos – como o Parlamento – limitam o Executivo quanto ao uso da força (Wagner, 2018: 121).

Em uma perspectiva mais europeia, Rosén e Raube (2018) abordam a política externa de segurança da União Europeia e o crescente papel que o Parlamento Europeu exerce nessa agenda. O argumento central aponta que são as influências informais, tal como os procedimentos e as práticas de supervisão e controle, que culminam no aumento do poder parlamentar dentro do Bloco. Por outro lado, Schade (2018) apresenta o contraste do contexto multilateral da União Europeia frente ao doméstico para os casos da França, UK e Alemanha, no qual percorre sobre a internacionalização da política de segurança. Já na Suíça, cerca de 18% das questões orais feitas entre 2003 e 2007 foram sobre os assuntos internacionais e de segurança e defesa – segunda maior rubrica no período (Bailer, 2011: 306).

O que se verifica é que na esfera política, a agenda da defesa é menos atraente ao nível partidário e eleitoral por sua alegada unanimidade e falta de interesse da opinião pública (Rozenberg *et al.*, 2011: 341) ou, ainda, porque o debate público sobre as questões de defesa e segurança são considerados inoportunos visto as exigências de sigilo que o tema resguarda (Mello e Petters, 2018: 5), tornando o tema pouco atrativo. Mesmo nos estudos legislativos comparados, há pouca atenção na relação entre o Parlamento e a defesa, pois mantém o foco na comparação entre as funções legislativas, política interna e democratização (Mello e Petters, 2018: 4) e nas virtudes e fraquezas dos subtipos de democracias (Mello, 2014: 13). Com isso, postulam-se três hipóteses.

Hipótese 6: Quanto maior o número de militares enviados para missões no exterior, mais questões são enviadas para o MDN.

Hipótese 7: Quanto maior o peso relativo de projetos de lei na área da defesa, mais questões são enviadas para o MDN.

Hipótese 8: Quanto maior o número de notícias na web sobre a defesa, mais questões são enviadas para o MDN.

O Parlamento e a Defesa Nacional em Portugal

2.1 A Assembleia da República Portuguesa

O parlamentarismo teve início em Portugal com a Revolução liberal de 1820, na forma de Monarquia liberal (1820 a 1910), seguido pela I República (1910 a 1926) e por um período de ditadura do Estado Novo (1926 a 1974), tendo o seu papel oscilado por diferentes formas e níveis de representação parlamentar durante estes períodos (Leston-Bandeira, 2004: 36). Foi apenas a partir da Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, que a representação parlamentar passou aos moldes democráticos: a primeira eleição foi em 25 de Abril de 1976, exatos dois anos após o estabelecimento da democracia portuguesa (Leston-Bandeira, 1999: 47) resultando na I Legislatura.

O Parlamento português é, na atualidade, um órgão base do regime constitucional-representativo, unicameral – denominada de Assembleia da República – e composta por 230 deputados eleitos por sufrágio universal, direto e secreto para um período de 4 anos. Os deputados são eleitos, no entanto, através de um sistema de representação proporcional⁶ e os parlamentares representam, através dos Grupos Parlamentares previstos na Constituição de 1976, o país como um todo e não apenas os seus eleitores (Leston-Bandeira, 2004: 42). É uma instituição forte, autônoma e central no sistema político, no qual a principal atividade, na atualidade, tornou-se a discussão e deliberação (Leston-Bandeira e Freire, 2005).

Tem representação de todos os 22 círculos eleitorais, dos quais 18 são em Portugal continental, 2 nas regiões autónomas dos Açores e na Madeira, e os outros 2 no exterior (nomeadamente, Europa e Fora da Europa). Representa, ainda, a diversidade política assim escolhida pelo sufrágio, no qual observa-se que o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Socialista (PS), o Partido Social Democrata (PSD) e o CDS – Partido Popular (CDS-PP) ocupam constantemente cadeiras no Parlamento, tornando Portugal um dos sistemas partidários mais estáveis quando comparado com outros sistemas europeus (Leston-Bandeira e Freire, 2003).

⁶ Conforme consta no site do Parlamento (2020) “Os Deputados são eleitos por listas apresentadas por partidos, ou coligações de partidos, em cada círculo eleitoral. A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt”. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/SistemaEleitoral.aspx>

A competência de legislar é determinada pela Constituição a qual soma-se as funções de fiscalizar o Executivo e de vigiar o cumprimento da Constituição e das leis, além de ter a sua relação com o Executivo e o Judiciário assente no princípio da separação de poderes e interdependência no qual se desenvolve procedimentos de cooperação, distribuição de competências e controle recíproco (Parlamento, 2020). Uma das principais atividades dos deputados é a proposição de leis, as quais são capazes de enriquecer o histórico dos deputados quando promulgada alguma lei de sua autoria (Amorim Neto e Santos, 2003: 684).

Dentre os diversos poderes dos deputados e relativamente às questões parlamentares, consta a prerrogativa de usar este instrumento “salvo o disposto na lei em matéria de segredo de Estado” (Parlamento, 2020) – no qual se insere a temática da defesa nacional. Especificamente sobre este tema, a Assembleia é o único órgão que pode legislar sobre a matéria (Parlamento, 2020).

Nesse sentido, embora o controle do Executivo seja uma das funções clássicas dos Parlamentos (Morillo, 1985; Vitorino, 1988; Freire *et al.*, 2002; Leston-Bandeira, 2002), foi apenas a partir de 1987, após a existência de maiorias absolutas, que o controle passou a ser rotina no Parlamento português (Leston-Bandeira, 2002: 214), dado que o controle é basicamente uma prerrogativa das forças de oposição (Cotta, 1996: 304).

O regimento de 1976 permitia que as questões a serem respondidas fossem escolhidas pelo Governo, o que lhe caracterizava como um instrumento ineficaz (Leston-Bandeira, 1995: 6) dado que enfraquecia a função do controle parlamentar (Vitorino, 1993 *apud* Leston-Bandeira, 1995: 6). Foi apenas com a revisão regimental em 1985 que as perguntas ao Governo e os requerimentos foram institucionalizados (Leston-Bandeira, 2004: 59), passando a ser mais utilizadas a partir de 1987 (Sánchez de Dios, 2019: 190). No entanto, ainda assim durante as primeiras duas décadas de democracia portuguesa, o instrumento de questões escritas era pouco utilizado (Borghetto *et al.*, 2020: 8). Isso mudou a partir da reforma regimental em 2007, quando a função de controle político dos atos do Governo e da Administração – os quais se inserem as questões – passou a ser um dos instrumentos mais utilizados (Seguro, 2015; Filipe, 2009). Um exemplo desse avanço ocorre em 2008, quando foi elaborado um “Guia de Boas Práticas sobre Requerimentos e Perguntas dos Deputados”⁷, que busca estabelecer diretrizes

⁷ Disponível em <https://dre.pt/application/file/a/249121>
https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/GuiaBoasPraticasSobreRequerimentosPerguntasDeputados.pdf Acesso em 29/11/2020.

para o uso das questões. A Administração Pública portuguesa, no entanto, tem baixa capacidade de resposta, além de responder tardiamente (Sánchez de Dios, 2019: 189).

2.2 A Agenda da Defesa Nacional em Portugal

Desde que Portugal se tornou República, em 5 de outubro de 1910, sempre foi presidido por líderes militares – o que durou até 1986, quando o civil Mário Soares foi eleito para a Presidência da República substituindo o general António Ramalho Eanes. Com o 25 de Abril de 1974, que deu início a Terceira Vaga de Democratização (Huntington, 1994), os militares foram um dos pilares do novo regime e diretamente envolvidos na transição e na elaboração das políticas, apontando durante o processo de democratização grandes questões pendentes nas relações entre civis e militares (Bruneau, 2016). Nesse cenário, as mudanças que ocorriam no ambiente internacional causaram impactos na política doméstica portuguesa e impulsionaram a “redefinição das políticas externa e de defesa nacionais” (Pinto, 2012: 69). Em quase todas as novas democracias que seguiu ao caso português, verifica-se uma forte presença militar – seja pelo envolvimento político anterior à Terceira Vaga ou por ter sido um dos principais esteios do novo regime (Amorim Neto, 2016: 57).

Em 1985, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85, de 20 de fevereiro, aprovou a primeira versão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional após dois dias de debates no Parlamento. No ano seguinte, o Ministério da Defesa Nacional divulga o Livro Branco de Defesa Nacional. Ambos os documentos focam nas questões internas e demonstram os interesses nacionais e suas prioridades estratégicas, bem como citam o papel dos Estados no jogo político internacional e das Forças Armadas nesse contexto. Com a entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, o posicionamento político português face às questões de segurança e defesa passou a ser alargado e consensual entre os principais partidos políticos (Freire, 2007: 70). No entanto, para os cidadãos, a política externa é menos preocupante do que a política interna (Raunio, 2014: 543), fato que tem se alterado desde o fim da Guerra Fria (Mello e Petters, 2018: 5).

Em 1996 – ano em que foi aprovado o Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de dezembro, que estabelece o estatuto dos militares em missões humanitárias e de paz no estrangeiro – Portugal participou pela primeira vez numa operação militar liderada pela NATO em território europeu (Freire, 2007: 70), a Bósnia, passando, então, a ser um bom cidadão institucional (Vitorino, 1998: 38). Nesse sentido e somado às missões que participou em Angola e Moçambique no

período, as Forças Armadas tornaram-se uma “expressão da política externa do Estado português” (Sampaio, 1999: 503). Em 1998, pela primeira vez durante as comemorações do 25 de Abril, no Parlamento, um orador⁸ destacou a importância da defesa nacional em democracias enquanto “uma tarefa essencial do Estado que deve ser partilhada por todos os portugueses” (Sampaio, 1999: 502). No ano seguinte, entrou em vigor a nova Lei do Serviço Militar que acabou com o recrutamento obrigatório em Portugal, conforme aponta o artigo 1.º que “em tempos de paz, o serviço militar baseia-se no voluntariado”. O período transitório para adaptação nos ramos das Forças Armadas terminou em 2004, quando a profissionalização foi concluída (Severiano Teixeira, 2019: 182).

Em 2003, foi aprovada a Lei n.º 46/2003⁹, de 22 de agosto, que regula o acompanhamento do Parlamento no envio de contingentes militares portugueses para missões no exterior. Essa Lei resultou de três projetos de lei propostos entre maio e junho de 2002 por deputados, respectivamente, do PS, do CDS-PP e do PSD. Conforme aponta Freire (2007), no limiar dos anos 2000, Portugal enfrenta um “momento de rotura” no constante esforço em conciliar os três interesses de “fidelidade à NATO, o empenho na construção europeia e a salvaguarda dos interesses além-mar que têm caracterizado, também, a política externa portuguesa nas últimas duas décadas” (Freire, 2007: 71). É nessa mesma altura, durante a segunda sessão legislativa da VIII Legislatura (15/09/2000 – 14/09/2001) que o peso relativo dos projetos de lei para a defesa nacional foi de 3,7%, maior índice para o período de 1999 a 2019.

Já em 2008, o Governo fez duas proposta de lei: a Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, que aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, e a Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, que aprova a Lei de Defesa Nacional. Na votação na generalidade, ambas tiveram aprovação de deputados do PS, do PSD e do CDS-PP, e votos contra de deputados do PCP, do BE e do PEV. Já na votação final global, o CDS-PP absteve-se, enquanto o PCP, BE e PEV foram contrários, mas os votos favoráveis do PS e do PSD foram suficientes para aprovar os dois textos por maioria absoluta. Em 2014, as duas leis foram alteradas, respectivamente, pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, e pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto.

⁸ O livro “25 de Abril, 25.º Aniversário – Discursos Parlamentares” disponibiliza o discurso de todos os oradores que tiveram lugar nas Sessões Solenes da Assembleia da República em comemoração ao 25 de Abril, sendo os oradores um representante de cada Partido Político, o Presidente da Assembleia da República e o Presidente da República. Disponível em <https://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/DP/pdf/dp.pdf>

⁹ <https://www.dre.pt/application/dir/pdf1s/2003/08/193A00/53935393.pdf>

Outros documentos importantes sobre o tema assentam no já citado Conceito Estratégico de Defesa Nacional, lançado em 1985 e revisto em 1994, 2003 e 2013, altura em que o então Ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar Branco, afirmou em reunião plenária de 8 de março de 2013 que “discutir o Conceito Estratégico é discutir o documento mais importante da política de defesa nacional. O documento a partir do qual todos os outros emanam” (Aguiar Branco¹⁰, 2013: 3). Por fim, a Reforma da Defesa 2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, estabelece as linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, conforme epígrafe do documento.

Assim, Portugal atingiu um nível alto de supremacia civil (Bruneau, 2016) e desde a democratização que o país exerce uma política externa pacifista, não tendo se envolvido em questões contenciosas no cenário internacional. A participação portuguesa na manutenção da paz e da segurança internacional caracteriza a dimensão global da política externa que visa, entre outros, atuar no seio das Nações Unidas, da NATO, da União Europeia e de outras estruturas internacionais – seja por meio de influências e visibilidade, seja por ocupar cargos de liderança (Amaral, 2005: 24), tornando a componente militar um dos instrumentos da política externa (Severiano Teixeira, 2010: 54; Pinto, 2012: 69). Desde a democratização essa participação contribui, sobretudo, em missões de gestão de crise, operações de manutenção da paz e de assistência humanitária (Severiano Teixeira, 2019: 181).

Especificamente sobre esse tema, observa-se uma grande variação no envio de militares portugueses para missões no exterior desde 1991 até 2020, de acordo com os dados obtidos no Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA). Em 1991, foram enviados 89 militares, menor número da série, face aos 5.147 enviados em 2017, maior índice do período. A crescente participação de Portugal nas missões exteriores tornou o país um fornecedor de segurança internacional (Severiano Teixeira, 2019: 193). No ano de 2020, no entanto, houve uma queda considerável: foram enviados 889 militares para missões no exterior. Esses dados contribuem para mensurar a saliência do tema.

¹⁰ https://ficheiros.parlamento.pt/dilp/NT/XII_Leg/PJL/PJL_374/dar_I_S_64_XII_2.pdf

2.3 Determinantes da atenção à Defesa em Portugal

Envolvimento pessoal

Para definir se um deputado tem envolvimento pessoal na área da defesa, foram observadas duas medidas.

Primeiro, se há na experiência profissional – termo usado neste estudo para caracterizar o percurso acadêmico, científico e profissional – ao menos uma das situações: é licenciado, pós-graduado, mestre ou PhD na área de defesa, segurança, estudos europeus ou internacionais; foi auditor no Instituto da Defesa Nacional; exerceu atividade profissional em Relações Internacionais, na União Europeia ou é militar; têm publicações ou recebeu condecorações e louvores na área de defesa, segurança, estudos europeus ou internacionais.

A experiência profissional, portanto, assume um caráter de “aptidão intrínseca” (Miquel e Snyder, 2001: 355) no qual a carreira antes de se tornar político influencia na atividade parlamentar do deputado, apontam estes autores. Ou, ainda, a profissão em áreas específicas gera uma reputação do deputado entre os seus pares, conferindo-lhe reconhecimento em determinada área (Adler *et al.*, 2005). Em relação à defesa nacional, o envolvimento é motivado pelo gosto pessoal e por gatilhos emocionais diretamente relacionados à área (Searing, 1994). Por outro lado, no caso norte-americano, por exemplo, o histórico militar dos deputados não influencia de forma significativa a atividade parlamentar com os assuntos relacionados ao tema (Bianco, 2005). Assim, caso o deputado tenha em seu percurso um dos itens listados, ele é classificado com experiência profissional na área da defesa.

Segundo, se a atuação política do deputado é na área da defesa. Para isso, considerou-se ao menos uma presença, por sessão legislativa, em pelo menos uma das seguintes atividades: pertence a Comissão da Defesa Nacional ou participa de algum Projeto de Lei, Projeto de Resolução, Inquérito Parlamentar, Projeto de Regimento, Projeto de Deliberação, Apreciação Parlamentar ou Projeto de Revisão Constitucional que se relacionam à defesa.

Ideologia

Nesse estudo, a ideologia é definida como um dos preditores mais importantes da opção partidária (Freire, 2003), dividindo-se em dois espectros: direita e esquerda. Para classificar os deputados quanto à sua ideologia, foram considerados os partidos por onde foram eleitos.

Assim, deputados eleitos pelo Bloco de Esquerda (BE), Pessoas-Animais e Natureza (PAN¹¹), Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), Partido Comunista Português (PCP) ou pelo Partido Socialista (PS) são classificados como do espectro de esquerda. Já os que foram eleitos pelo CDS – Partido Popular (CDS-PP) ou pelo Partido Social Democrata (PSD) são considerados do espectro de direita.

Contexto político de oposição

O partido político por qual o deputado foi eleito permite definir se o parlamentar é da maioria ou da oposição. Nesse estudo, são classificados como maioria àqueles que são membros do partido do Governo Constitucional¹² durante a sessão legislativa. Todos os outros deputados são classificados como oposição ao Governo, já que não são formalmente parte do Governo.

Incentivos eleitorais

Nesse estudo, o incentivo eleitoral é entendido como a prevalência – entre legislador e eleitor – de laços locais face aos laços partidários (Figueiredo & Limongi, 2002: 304). Considera-se, também, que as políticas de defesa têm consequências importantes para o eleitorado local das regiões em que há presença de indústrias da defesa e de bases militares (Rozenberg *et al.*, 2011: 341). Assim, para medir o incentivo eleitoral foram observados nos círculos eleitorais de origem a presença de duas variáveis: indústrias da defesa e unidades militares.

Em especial sobre esta última variável, verificou-se que 92,0% (4.859) dos deputados foram eleitos por círculos com unidades militares, pelo que optou por descartar esse determinante das análises estatísticas.

Saliência do tema

A saliência do tema apresenta a relevância que a defesa nacional teve durante o período analisado e, neste estudo, é medida de três formas: pelo total de militares enviados para missões

¹¹ O PAN foi criado em 2009, 10 anos após o início do período de estudo, e contribuiu com apenas quatro deputados (do total de 5281) que enviaram apenas uma questão (do total de 4088). Esses dados foram mantidos na amostra por não serem um *outlier*, já que não se considerou a filiação partidária.

¹² António Guterres (PS) 25/10/1999 a 06/04/2002; Durão Barroso (PSD / CDS) 06/04/2002 a 17/07/2004; Santana Lopes (Aliança) 17/07/2004 a 12/03/2005; José Sócrates (PS) 12/03/2005 a 20/06/2011; Pedro Passos Coelho (PSD / CDS) 20/06/2011 a 26/11/2015; António Costa (PS) 26/11/2015 a 26/10/2019. Disponível em <https://participacao.parlamento.pt/app-composicao/data/1999.php>

no exterior; através do peso relativo dos projetos de lei sobre a defesa nacional na Assembleia da República e; pelo total de notícias sobre a defesa nacional em Portugal veiculadas na internet.

Modelo de análise

O quadro abaixo resume as relações estabelecidas entre as variáveis independentes e a o envio de questões sobre a defesa nacional.



Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO 3

Método

3.1 Estudo de caso

A pesquisa centra-se em apenas um caso, a Assembleia da República Portuguesa, como foi referido no Capítulo 2. A escolha pelo estudo de caso, em detrimento aos outros tipos de estudo, tem grande vantagem pois permite a sua análise aprofundada, mesmo com recursos limitados (Lijphart, 1971: 691) e assenta em dois motivos. Primeiro, há pouca investigação sobre a atenção legislativa para com a agenda de defesa em Portugal, suscitando uma lacuna que merece ser preenchida. Segundo, os procedimentos e regras sobre as questões são muito diferentes entre os países e, como ainda é um campo pouco explorado (Rozenberg e Martin, 2011), o estudo comparado sobre o uso de questões parlamentares encontra barreiras que dificultariam o desenvolvimento dessa investigação no nível de mestrado.

3.2 Descrição da amostra

Durante o período analisado (1999-2019), o total de deputados que estiveram em função é de 5.281 parlamentares, dos quais 659 (12,5%) enviaram pelo menos uma questão para a pasta da defesa. Para o mesmo período foram enviadas 209.590 questões escritas para todos os ministérios, das quais 4.088 (2,0%) se focavam na defesa. Cada deputado enviou, em média, 40 questões em contraste com a média de 6 para o MDN.

Relativamente à experiência profissional, 70,4% (3.719) não tiveram nenhum tipo de envolvimento com o tema da defesa no seu percurso antes de serem deputados. Enquanto deputados, 73,1% (3.858) não teve atuação parlamentar na área da defesa. Quanto à ideologia, a maioria era de esquerda (53,3%, 2.809) e, em termos de contexto político, 57,3% (3.023) apoiavam o Governo.

No que se refere aos incentivos eleitorais, 62,9% (3.322) dos deputados foram eleitos por distritos com presença de indústria da defesa, enquanto a esmagadora maioria 92,0% (4.859) é de origem geográfica com unidades militares.

3.3 Recolha dos dados

A recolha de dados se divide em quatro momentos: coleta de dados em fontes primárias; leitura de fontes secundárias; pesquisa no *google trends* e uma entrevista.

O primeiro momento contou com a recolha automatizada do cientista de dados Luiz Rodrigo de Souza¹³, em maio de 2020, teve como fonte o site do *parlamento.pt*. Para saber exatamente quais deputados estiveram na situação¹⁴ de ativo em cada sessão legislativa – evitando assim os possíveis erros ao considerar que um deputado eleito no início da legislatura se manteve durante todo o período como parlamentar – adotou-se o seguinte procedimento:

Crio um robô que busca, na página de busca avançada de Parlamentares¹⁵, todos os dias entre o início da VIII legislatura (25/10/1999) até o final da XIII legislatura (24/10/2019) para três situações: ativo, efetivo definitivo e efetivo temporário. Com isso, há aproximadamente 1 milhão de entradas individuais. Compilo esses dados agrupando por períodos contíguos onde cada deputado esteve presente, sem alteração no Partido ou Situação (Luiz Rodrigo de Souza).

A primeira delas é uma base com uma identificação numérica para cada deputado, nome, data de nascimento, profissão, habilitações literárias, cargos que desempenha, cargos exercidos, comissões parlamentares a que pertence, condecorações e louvores, títulos académicos e científicos, e obras publicadas. Com isso, foi possível elaborar a variável experiência profissional na área da defesa.

Em seguida, o trabalho do cientista de dados resultou em seis planilhas – uma para cada legislatura – onde cada uma têm 17 tipos¹⁶ de atividades desenvolvidas pelos deputados. das quais servem como indicadores, nessa investigação, apenas duas: “iniciativas apresentadas” e “comissões a que pertence ou pertenceu”. Assim, construiu-se a variável atuação parlamentar na área da defesa.

¹³ me@lurodrigo.com

¹⁴ De acordo com o portal do Parlamento, o deputado pode estar em uma das seguintes situações: ativo, efetivo, efetivo temporário, efetivo definitivo, suspenso, inativo. O total de ativos é sempre de 230 e corresponde a soma dos efetivos, efetivos temporários e efetivos definitivos. Quando um deputado o suplente assume cargo ele consta como efetivo temporário; caso ele assumo o cargo de vez, ele passa para efetivo definitivo.

¹⁵ Seguindo o caminho dentro de *parlamento.pt*: Deputados – Deputados em funções – pesquisa avançada. Disponível no link <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx?more=1>

¹⁶ O site disponibiliza informações sobre Atividade Parlamentar, Audições, Audiências, Comissões que pertence, Delegações eventuais e Reuniões, Deslocações, Eventos, Grupos Parlamentares de Amizade, Iniciativas apresentadas, Intervenções, Nomeação para Relator de Petições, Nomeação para Autor de Parecer, Nomeações para relator de Iniciativas, Parlamento dos Jovens, Perguntas Parlamentares, Requerimentos, Subcomissões e Grupos de Trabalho. Essa investigação, no entanto, considerou apenas as “iniciativas apresentadas” e “comissões a que pertence ou pertenceu”.

De acordo com essa base de dados e em especial com os dados sobre grupo parlamentar, foi possível classificar os partidos consoante o seu espectro político de direita ou esquerda e que são, respectivamente, o CDS – Partido Popular (CDS-PP) e o Partido Social Democrata (PSD); e o Bloco de Esquerda (BE), Partidos-Animais e Natureza (PAN), Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Socialista (PS). Isso permitiu, portanto, saber quais deputados eram, em cada sessão legislativa, de direita ou de esquerda, construindo a variável ideologia do espectro de direita.

Por outro lado, com base nessa classificação e de acordo com as informações sobre os Governos Constitucionais do período, foi possível saber qual deputado é oposição e qual é maioria para então poder medir a variável independente variável oposição ao Governo.

Já o segundo momento teve como principal fonte os Anuários Estatísticos da Defesa Nacional¹⁷ e o folheto das Forças Armadas-2019¹⁸, permitindo saber, respectivamente, o total de indústrias de defesa e o total de unidades militares em cada círculo eleitoral. Isso permite medir os dois indicadores dos incentivos eleitorais, a variável distrito com indústria da defesa e a variável relativa às unidades militares que entretanto não foi considerada na análise estatística por estar presente em 92,0% dos casos.

Para o indicador de total de indústrias da defesa, considerou-se a soma das indústrias sem atribuição de pesos consoante o volume de vendas ou número de efetivos. Os dados foram coletados apenas para os anos em que houve eleição legislativa, especificamente 1999, 2002, 2005, 2009, 2011 e 2015. Por fim, os Anuários apresentam o nome da cidade onde está localizada a empresa, o que permitiu saber o distrito¹⁹ correspondente de cada uma delas.

Os dados referentes aos militares no exterior, por ano, foram disponibilizados²⁰ pelas Relações Públicas do EMGFA, em junho de 2020, o que permite construir a variável militares em missões no exterior. Os dados sobre os projetos de lei foram obtidos na planilha sobre as atividades parlamentares – especificamente as iniciativas – o que resultou na variável peso relativo dos projetos de lei relacionados à defesa. Por fim, foi feita uma busca no *google trends*²¹

¹⁷ Disponíveis em <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn> e acessados eletronicamente durante o mês de abril e maio de 2020.

¹⁸ Disponibilizado pelas Relações Públicas do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), em outubro de 2019, via e-mail emgfa_rp@emgfa.pt

¹⁹ Para saber o distrito, foi feita a pesquisa da cidade em <https://www.tsf.pt/storage/ng2644414.pdf>

²⁰ Via e-mail emgfa_rp@emgfa.pt

²¹ As buscas na plataforma permitem filtrar o tipo de pesquisa em web, imagem, notícias, shopping ou YouTube – dos quais selecionou-se, inicialmente, os filtros web e notícias.

a partir de 2004²², com o filtro restrito para “Portugal” e buscas na “web” das seguintes palavras-chaves: defesa nacional, forças armadas, militares, ministério da defesa nacional, ministro da defesa nacional, exército português, marinha portuguesa, e força aérea portuguesa. Após tratamento, foi possível elaborar a variável notícias na Web relacionadas à defesa.

A última etapa foi uma entrevista, em junho de 2020, com o ex-deputado da Assembleia da República António José Seguro, eleito pelo PS para as legislaturas IV (1985-1987), VI (1991-1995), VII (1995-1999), IX (2002-2005), X (2005-2009), XI (2009-2011) e XII (2011-2015).

3.4 Variáveis

3.4.1 Variável dependente

A atenção legislativa é uma variável latente pelo que não é possível a observar ou medir diretamente, mas tão somente pode ser definida através de outras variáveis mensuráveis (Hill, 2002: 135). Optou-se, então, por quantificar o envio de questões escritas sobre a defesa (variável dependente).

Importante observar que são consideradas como questões escritas tanto as perguntas ao Governo quanto os requerimentos²³ e que foram destinados para o Ministro da Defesa ou para o Secretário de Estado da Defesa Nacional, ambos denominados, nesse estudo, de Ministério da Defesa Nacional.

A recolha dos dados referente às questões para a defesa teve início em setembro de 2019, através da fonte primária – o portal da Assembleia da República²⁴ – e ocorreu de forma manual resultando em uma base de dados com as seguintes variáveis: a) nome de todos os deputados que assinaram a questão; b) legislatura; c) grupo parlamentar; d) distrito; e) data de envio da questão; f) tópico da questão; g) para qual outro órgão foi enviada a questão; e h) qual órgão respondeu à questão. Em abril de 2020, a base foi atualizada com uma coluna referente à sessão legislativa.

²² O *Google trends* foi lançado em 2006, pelo que disponibiliza – na opção de “web” – dados a partir de janeiro de 2004. Já a opção “notícias” só há dados a partir de janeiro de 2008, sendo essa opção descartada devido ao curto período.

²³ Até a Reforma de 2007, as Perguntas e os Requerimentos eram tratados em conjunto, visto que no site do parlamento.pt só há resultados na busca pela rubrica “Perguntas ao Governo” a partir de 19/09/2007, quando a Reforma já estava em vigor.

²⁴ <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/PerguntasRequerimentos.aspx?more=1>

Esse método de recolha contabiliza todos os autores que assinaram a questão e resultou no total de 4.088 questões escritas sobre a defesa. Quando se considera apenas o primeiro autor, o total de questões é de 1.346. Importante observar que essa diferença decorre das questões em que há mais de um autor, visto que o site do Parlamento contabiliza as questões por título enquanto a recolha manual verificou cada questão e considerou todos os autores de cada questão enviada, dada a natureza dessa investigação.

3.4.2 Variáveis independentes

As variáveis independentes utilizadas para explicar a variação no envio das questões são de dois tipos:

- Variáveis que se relacionam com o deputado e que são dicotómicas: experiência profissional na área da defesa, atuação parlamentar na área da defesa, ideologia do espectro de direita, oposição ao Governo, e distrito com indústria da defesa;
- As variáveis relativas à saliência do tema são quantitativas: militares em missões no exterior, peso relativo dos projetos de lei relacionados à defesa, e notícias na Web relacionadas à defesa.

3.5 Análise de dados

Para a análise estatística dos dados foram utilizadas medidas de estatística descritiva (média, desvio-padrão, percentagens e coeficiente de correlação). Para testar as hipóteses H1, H2, H3, H4 e H5 foi realizado o teste de Independência do Qui-quadrado porque envolvia as variáveis dicotómicas. Foi utilizada o método de Monte Carlo para estimar o valor de p para garantir a adequabilidade do teste. Foi completada a análise com o coeficiente V de Cramer para medir a intensidade da relação entre as variáveis. Para as hipóteses H6, H7 e H8, dado envolverem variáveis independentes quantitativas e a variável dependente foi transformada em variável dummy (1 = enviou questões e 0 = não enviou) foi usada a correlação R de Pearson. Para testar o modelo envolvendo todas as variáveis independentes foi realizada uma Regressão Categórica. A opção por este tipo de regressão decorre do facto de as variáveis implicadas no modelo estarem todas categorizadas. A análise estatística foi realizada com apoio do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS, versão 26).

CAPÍTULO 4

Resultados e Discussão

Conforme a Hipótese 1 é esperado que os deputados com experiência profissional na área da defesa enviem mais questões para o MDN. Como pode verificar-se no Quadro 1, estes deputados enviam mais questões (37,2% *versus* 28,5%), sendo a diferença significativa ($\chi^2 (1) = 20,88, p < 0,001, V$ de Cramer = 0,06, Anexo 1). Assim, a hipótese é verificada.

Com a Hipótese 2, espera-se que os deputados com atuação parlamentar na área da defesa enviem mais questões sobre a defesa. Foi verificado que estes deputados enviaram mais questões (51,6% *versus* 23,3%, Quadro 1), sendo a diferença significativa ($\chi^2 (1) = 235,15, p < 0,001, V$ de Cramer = 0,21, Anexo 2), fica validada a Hipótese 2.

Quadro 1 – Cruzamento das variáveis dicotômicas

		Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional					
		Não		Sim		Total	
		N	%	N	%	N	%
Experiência profissional	Não	3305	71,5	414	62,8	3719	70,4
	Sim	1317	28,5	245	37,2	1562	29,6
	Total	4622	100,0	659	100,0	5281	100,0
Atuação parlamentar	Não	3545	76,7	319	48,4	3864	73,2
	Sim	1077	23,3	340	51,6	1417	26,8
	Total	4622	100,0	659	100,0	5281	100,0
Ideologia do espectro de direita	Não	2477	53,6	332	50,4	2809	53,2
	Sim	2145	46,4	327	49,6	2472	46,8
	Total	4622	100,0	659	100,0	5281	100,0
Oposição ao Governo	Não	2524	54,6	110	16,7	2634	49,9
	Sim	2098	45,4	549	83,3	2647	50,1
	Total	4622	100,0	659	100,0	5281	100,0
Distrito com indústria da defesa	Não	1735	37,5	224	34,0	1959	37,1
	Sim	2887	62,5	435	66,0	3322	62,9
	Total	4622	100,0	659	100,0	5281	100,0

Fonte: Base de dados própria “O Parlamento e a Defesa 1999-2019”. Cálculos próprios.

António José Seguro, deputado da Assembleia da República até 2014, em entrevista com a autora, aponta que uma das motivações para que um deputado se envolva com o tema da defesa

é o interesse pessoal. Esse envolvimento, no entanto, pode ser medido de diferentes formas, por exemplo, através da participação nas Comissões Parlamentares que versem sobre o tema, ao propor alguma Iniciativa na área ou mesmo por meio do envio das questões destinadas ao MDN. Em especial à área da defesa, o gosto pessoal e os gatilhos emocionais são motivações para um maior envolvimento com o tema (Searing, 1994).

Como visto na literatura, o uso das questões permite que o parlamentar obtenha a atenção e publicidade para a sua figura pessoal (Wiberg e Koura, 1994: 30-31) e as questões escritas são um ótimo instrumento para mensurar o ativismo dos deputados, por meio das quais é possível mobilizar uma agenda pessoal (Fernandes *et al.*, 2018; Borghetto e Lisi, 2018). O uso das questões revela, portanto, uma visão única sobre o comportamento legislativo individual (Martin, 2011: 475) e serve como ferramenta para enviar sinais aos outros parlamentares (Russo e Wiberg, 2014: 217-218).

Em especial sobre o uso das questões orais relativas à defesa nacional, a literatura demonstra divergência (Rozenberg *et al.*, 2011: 350-351): no caso alemão, as questões são pouco usadas visto que há um alto envolvimento dos membros na comissão de defesa e nos comitês sobre o tema; em contrapartida, nos casos francês e espanhol as questões são usuais, em especial pelos parlamentares que são membros da comissão de defesa que utilizam esse instrumento para conseguir recompensas face à baixa atividade na comissão. Já na Suíça, os temas relacionados aos assuntos internacionais e à segurança e defesa são os mais citados nas questões orais (Bailer, 2011: 306).

Conforme entrevista com o ex-deputado Seguro, os parlamentares que se envolvem com o tema da defesa costumam permanecer por um longo período na agenda – o que é menos frequente com as outras temáticas no Parlamento português, segundo Seguro. Nesse sentido, a literatura demonstra que a carreira antes da vida pública, quando focada em assuntos específicos, gera uma reputação e reconhecimento do deputado entre seus pares (Adler *et al.*, 2005). Embora, como refere Seguro, “uma parte significativa dos deputados que acompanham a área da defesa são recrutados já como membros do Parlamento”.

Além disso, o uso das questões contribui para que o parlamentar construa uma reputação em assuntos particulares (Wiberg e Koura, 1994: 30-31), o que se aplica também neste estudo de caso, visto que os deputados com experiência profissional e os com atuação parlamentar na área são também os mais ativos no envio de questões para o MDN.

A Hipótese 3 indica que os deputados do espectro político de direita enviam mais questões para a defesa. Proporcionalmente, isto ocorre (49,6% *versus* 46,4%, Quadro 1), mas a diferença não é significativa ($\chi^2(1) = 2,39$, $p = 0,123$, V de Cramer = 0,12, Anexo 3). Assim, a Hipótese 3 não é validada.

Segundo a literatura, as questões são influenciadas por considerações partidárias, independentemente de seu objetivo e forma (Cole, 1999: 84). Portugal se distingue do que se conhece sobre o caso inglês, onde as questões servem como instrumento de conflito entre os partidos (Rozenberg *et al.*, 2011: 350-351) e de sinalização entre as partes (Russo e Wiberg, 2014: 217-218). Especificamente sobre a agenda da defesa, a crescente literatura a partir da década de 2010 aponta que há divisões partidárias sobre o tema nos Parlamentos (Mello, 2014: 14), além de verificar que os partidos de direita são mais propensos a aprovar o uso da força, mesmo quando não há apoio público (Mello, 2014: cap. 5).

No caso do Parlamento Português, o ex-deputado Seguro indica que existe um relativo²⁵ consenso entre os partidos fundacionais da democracia portuguesa²⁶ quanto aos grandes temas que se relacionam à defesa. Isso pode ser visto ao analisar diversas propostas de lei relativas à defesa – elaboradas por deputados de partidos tanto do espectro da direita quanto da esquerda – bem como quanto à votação de leis que, como pode ser visto na seção 2.2, são aprovadas pelos principais partidos das duas ideologias, o PS e o PSD. A rejeição da Hipótese 3, portanto, aponta uma lacuna para as pesquisas sobre os partidos políticos portugueses e a defesa nacional, visto que o teste estatístico aponta que o espectro político não afeta no envio de questões para o MDN.

Com a Hipótese 4, é esperado que os deputados de oposição ao Governo enviem mais questões para a pasta da defesa. Os deputados de oposição, como pode ser visto no Quadro 1, são mais ativos com o uso das questões (83,3% *versus* 45,4%). A diferença é significativa ($\chi^2(1) = 331,68$, $p < 0,001$, V de Cramer = 0,25, Anexo 4) e a Hipótese 4 é verificada.

Na rotina parlamentar, a função do controle político dos atos do Governo e da Administração é um instrumento usado predominantemente pela oposição (Sá, 1994: cap. 3; Cotta, 1996: 304; Seguro, 2015: 45). No uso de questões, os partidos da oposição são os mais ativos (Wiberg e Koura, 1994: 30-31; Dandoy, 2011; Rasch, 2011; Rozenberg *et al.*, 2011: 350-351; Vliegthart e Walgrave, 2011:1032), visto que os parlamentares da maioria não

²⁵ O ex-deputado indica que as divergências são, sobretudo, quanto ao orçamento para a defesa.

²⁶ Nomeadamente, o CDS-PP, o PSD, o PS e o PCP.

costumam usar as questões para ministros de seu partido, deixando esse instrumento para a oposição (Dandoy, 2011: 321). A Hipótese 4 aponta que, no caso das questões para a pasta da defesa em Portugal, a oposição ao Governo é mais ativa, indo ao encontro da literatura que é consensual em demonstrar que o uso das questões é um instrumento recorrentemente usado pela oposição.

De acordo com a Hipótese 5, espera-se que os deputados eleitos por círculos eleitorais com indústrias de defesa enviem mais questões para o MDN. Como pode ser visto no Quadro 1, estes deputados enviaram proporcionalmente mais questões (66,0% *versus* 62,5%), no entanto essa diferença não é significativa ($\chi^2(1) = 3,11, p = 0,078, V$ de Cramer = 0,24, Anexo 5), pelo que não se confirma a Hipótese 5.

A literatura aponta que o uso de questões permite que o parlamentar sinalize a preocupação pelos interesses dos constituintes (Wiberg e Koura, 1994: 30-31) e gere um fluxo de informações que serve, também, para enviar sinais aos eleitores (Russo e Wiberg, 2014: 217-218). Políticos especializados no tema criam conexões com o eleitorado de regiões onde há presença militar (Searing, 1994). Já as políticas de defesa geram consequências importantes para o eleitorado local nas regiões em que há presença de indústrias da defesa e de bases militares (Rozenberg *et al.*, 2011: 341).

No caso de Portugal, onde o sistema de votação é com representação proporcional em listas fechadas (Lisi e Santana-Pereira, 2014), existe liberdade de ação individual (Leston-Bandeira, 2009), pois os deputados se envolvem em representações geográficas que não comprometem os partidos (Russo, 2011; Fernandes *et al.*, 2018). No entanto, os testes estatísticos demonstram que, neste estudo de caso, os deputados que enviam mais questões sobre a defesa não sofrem influências pela presença de indústria da defesa em seus distritos de origem.

Quadro 2 – Coeficiente de correlação de Pearson

	Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional ¹⁾	
	r	p
Militares em missões no exterior	0,12 (N = 5281)	< 0,001
Projetos de lei relacionados à defesa	0,01 (N = 5281)	0,206
Notícias na Web relacionadas à defesa	-0,07 (N = 3860)	< 0,001

¹⁾ Variável dummy: 1 = enviou questões e 0 = não enviou.

Fonte: Base de dados própria “O Parlamento e a Defesa 1999-2019”. Cálculos próprios.

Conforme a Hipótese 6, espera-se que quanto maior o total de militares enviados para missões no exterior mais questões serão enviadas para a pasta da defesa. Verificou-se uma correlação de intensidade fraca (Quadro 2) e significativa ($r = 0,12$, $p < 0,001$, Quadro 2), validando-se a Hipótese 6.

Desde que se tornou uma democracia, em 1974, Portugal exerce uma política externa pacifista, não tendo se envolvido em questões contenciosas no cenário internacional (Bruneau, 2016). O envio de militares para o exterior é, sobretudo, para atuar nas missões no seio da Nações Unidas, da NATO e da União Europeia, no qual observa-se que a componente militar é um dos instrumentos da política externa portuguesa (Severiano Teixeira, 2010: 54; Pinto, 2012: 69). A literatura avança com alguns casos que são explorados na seção 1.2.

Um desses exemplos assenta na relação entre o envio de militares para o exterior e o poder de veto, no qual a decisão em se envolver depende do caráter da missão, já que algumas restrições institucionais domésticas podem ser superadas pelas políticas de aliança em vigor (Wagner, 2018). Outro exemplo decorre na relação entre o Congresso e o Presidente norte-americano no que envolve a política externa e de segurança do país (Mello e Petters, 2018: 5). Ou, ainda, no que envolve a política externa de segurança e defesa da União Europeia com o crescente papel que o Parlamento Europeu desenvolve nesta agenda (Rosén e Raube, 2018). Por fim, o caso suíço aponta um alto índice das questões orais com o tema, no qual cerca de 18% são sobre os assuntos internacionais e a segurança e defesa (Bailer, 2011: 306).

No caso português, o envio de militares para as missões no exterior “é sempre precedido de comunicação fundamentada do Primeiro-Ministro ao Presidente da República” (Lei da Defesa Nacional, Art. 13.^{o27}). No que tangencia ao Parlamento, cabe aos deputados “acompanhar a participação de destacamentos das Forças Armadas em operações militares no exterior do território nacional”, de acordo com o Art. 10.^o da referida Lei.

A Hipótese 7 sugere que quanto maior o peso relativo de projetos de lei na área da defesa, mais questões são enviadas para o MDN. Essa relação não é significativa ($r = 0,01$, $p = 0,206$, Quadro 2), pelo que a Hipótese 7 não ficou validada.

A proposição de lei é umas das principais atividades legislativas (Amorim Neto e Santos, 2003: 684), pelo que se torna um forte indicador para medir a saliência do tema. A literatura demonstra que deputados que ocupam posições relevantes dentro da estrutura legislativa obtêm mais sucesso na aprovação dos projetos de sua autoria (Miquel e Snyder, 2006; Volden e Wiseman, 2009: 20). Além disso, a produção legislativa de um deputado é um dos indicadores de eficácia parlamentar (Miquel e Snyder, 2001: 355). No entanto, para o tema da defesa na Assembleia portuguesa, a relação entre produção legislativa na área da defesa e envio de questões não se confirma.

Com a Hipótese 8 era esperado que quanto maior o número de notícias na Web sobre a defesa mais questões seriam enviadas para a pasta da defesa. Obteve-se uma correlação muito fraca e negativa ($r = -0,07$, $p < 0,001$, Quadro 2). Os resultados não permitiram validar a Hipótese 8.

As questões são capazes de criar um fluxo de informações e sinalizações para diversos atores, dos quais incluem a mídia (Russo e Wiberg, 2014: 217-218). No caso de democracias europeias, as questões orais têm especial atenção da mídia quando comparadas aos outros instrumentos de controle (Rozenberg *et al.*, 2011: 341) ou mesmo dentre todas as atividades parlamentares (Martin, 2013: 3). Em diversas legislaturas há alta cobertura da imprensa nas discussões em Plenário e no tempo destinado às questões orais (Sánchez de Dios, 2019: 196), com destaque para o caso inglês (Martin, 2013: 4). Os parlamentares fazem mais questões sobre os temas que têm atenção da mídia (Vliegenthart e Walgrave, 2011:1032).

No entanto, especialmente sobre a agenda da defesa, a literatura aponta que o tema é menos atraente ao nível partidário e eleitoral por sua alegada unanimidade e falta de interesse da

²⁷ Lei Orgânica n.º 1-B/2009, 7 de Julho. Disponível em <https://www.dre.pt/application/dir/pdf1s/2009/07/13800/0454104550.pdf>

opinião pública (Rozenberg *et al.*, 2011: 341). Além disso, o debate público sobre as questões de defesa e segurança são considerados inapropriados visto as exigências de sigilo que o tema conserva (Mello e Petters, 2018: 5), o que torna a temática pouco atrativa. Isso mesmo é corroborado pelo ex-deputado Seguro, que acrescenta uma outra visão para justificar a distância entre a sociedade e o tema da defesa em Portugal: o fato de o país não ter estado envolvido em conflitos militares desde 1974.

Regressão Categórica

Por fim, foi testado um modelo com diversas variáveis independentes a fim de explicar o envio de questões sobre a defesa. Foi realizada uma Regressão Categórica dada a natureza das variáveis. O modelo explica 10,0% ($R^2 = 0,10$) e é significativo ($F(5, 5275) = 111,79$, $p < 0,001$, Quadro 3). As variáveis experiência profissional, atuação parlamentar e oposição ao Governo têm efeito positivo e significativo na variável dependente envio de questões para a área da defesa (Beta = 0,05, $F(1) = 12,76$, $p < 0,001$, Beta = 0,17, $F(1) = 134,98$, $p < 0,001$ e Beta = 0,22, $F(1) = 379,83$, $p < 0,001$, respectivamente). A atuação parlamentar e a oposição ao governo são as variáveis que apresentaram maior efeito sobre a variável dependente, após controlados os efeitos das outras variáveis independentes (R^2 semi-parcial = 0,17 e R^2 semi-parcial = 0,22, respectivamente).

Quadro 3 – Regressão Categórica

Variáveis	Envio de questões para o MDN			
	Beta	F	p	R ² semi-parcial
Experiência profissional	0,05	12,76	<0,001	0,05
Atuação parlamentar	0,17	134,98	<0,001	0,17
Ideologia do espectro de direita	0,01	0,12	0,731	0,01
Oposição ao Governo	0,22	379,83	<0,001	0,22
Eleito por distrito com indústria da defesa	0,02	3,26	0,071	0,02
	R ² ajustado =	0,10		
	F (5, 5275) =	111,79	<0,001	

N = 5281

Fonte: Base de dados própria “O Parlamento e a Defesa 1999-2019”. Cálculos próprios.

Esses resultados permitem duas reflexões. Primeiro, o interesse individual com o tema antes da vida pública se mantém mesmo quando está na função de deputado, demonstrando uma “aptidão intrínseca” (Miquel e Snyder, 2001: 355) entre os parlamentares portugueses. Durante o mandato, a atuação parlamentar é coerente e, por meio das questões, são capazes de mobilizar uma agenda pessoal (Fernandes *et al.*, 2018; Borghetto e Lisi, 2018), refletindo seus próprios interesses. Isso se assemelha ao caso espanhol, onde os deputados têm alto grau de liberdade com o uso das questões escritas (Sánchez de Dios, 2019: 194).

Em seguida, o contexto político de oposição é o preditor que causa maior efeito no modelo. A relação entre a oposição e o uso das questões foi amplamente discutido na seção 1.1.1, no qual a literatura afirma que a oposição é quem mais utiliza os instrumentos de controle. Isso se aplica ao caso português, tanto na generalidade (Vitorino, 1988; Freire *et al.*, 2002; Seguro, 2015: 45) quanto no que tangencia ao tema da defesa, conforme indica o modelo de regressão. Isso demonstra que o Parlamento cumpre sua função de controle.

Conclusões

Essa dissertação analisou o comportamento dos deputados que se envolvem com a defesa, em especial por meio das questões escritas enviadas para a pasta congênera entre 1999 e 2019, e revelam características peculiares sobre o Parlamento português e em particular sobre a defesa nacional em Portugal.

Primeiro, a variável de maior impacto é a oposição ao Governo, tanto na capacidade de explicar, quanto de prever o comportamento. Isso corrobora a literatura sobre o papel da oposição (Vitorino, 1988; Sá, 1994: cap. 3; Wiberg e Koura, 1994: 30-31; Cotta, 1996: 304; Freire *et al.*, 2002; Leston-Bandeira, 2002; Dandoy, 2011; Rasch, 2011; Rozenberg *et al.*, 2011: 350-351; Vliegenthart e Walgrave, 2011:1032; Seguro, 2015: 45) e valida sua aplicação também ao estudo de caso, demonstrando que o Legislativo está a cumprir a sua função de controle também no que compete à defesa.

Segundo, existe um fraco interesse dos parlamentares portugueses para com o tema, tornando-o um assunto concentrado entre alguns parlamentares. Entre estes, verificou-se que as questões são usadas para diversas outras finalidades que não somente o controle, mas também para mobilizar uma agenda pessoal (Fernandes *et al.*, 2018; Borghetto e Lisi, 2018) ou ter publicidade e atenção à sua figura (Wiberg e Koura, 1994: 30-31). Isso revela uma continuidade dos interesses pessoais mesmo depois de ir para a vida pública, o que demonstra que a defesa é um tema individualizado e especializado.

A literatura revisada por Giraldo (2006: 34), indica que a defesa é um tema que exige especialização dos parlamentares, o que se aplica à Portugal. A importância dessa descoberta contribui com os estudos sobre as Relações Cívicas-Militares, onde demonstra que as democracias consolidadas têm políticas legalmente aprovadas, transparentes e de acordo com os objetivos das lideranças cívicas eleitas (Bruneau, 2019: 10).

Terceiro, demonstram que os incentivos eleitorais e a ideologia não afetam a atenção legislativa para com a defesa, mas apontam um comportamento atípico dos parlamentares portugueses. Por um lado, contraria o que se conhece sobre a relação entre eleitores e eleitos em Portugal (Borghetto *et al.*, 2020), já que a presença de indústrias da defesa nos distritos de origem não impacta a vida política dos deputados.

Por outro lado, denotam que o tema é consensual entre os diferentes espectros políticos, no qual não se vê diferenças significativas entre os deputados de direita ou da esquerda. Esse

consenso pode indicar grande convergência entre as partes ou baixo interesse dos políticos, o que, por sua vez, pode gerar a despolitização do tema em Portugal. Essa característica é comum em países latino-americanos, onde há um déficit de atenção para com a agenda da defesa (Pion-Berlin & Trinkunas, 2007). No caso do Brasil, os fracos incentivos eleitorais e a falta de experiência dos deputados contribuem para a abdicação por parte do Congresso de sua autoridade na área de defesa (Amorim Neto, 2010).

Essa descoberta surpreende, visto que Portugal é uma democracia consolidada e membro das principais instituições multilaterais de segurança internacional. Mas, em matéria de defesa, os parlamentares apresentam um baixo interesse que os aproxima dos seus pares latino-americanos.

Por outro lado, denotam que o tema é consensual entre os diferentes espectros políticos, no qual não se vê diferenças significativas entre os deputados de direita ou da esquerda. Esse consenso pode indicar grande convergência entre as partes ou baixo interesse dos políticos, o que revela uma despolitização do tema em Portugal. Essa característica é comum em países latino-americanos, onde há um déficit de atenção para com a agenda da defesa (Pion-Berlin & Trinkunas, 2007). No caso do Brasil, os poucos incentivos no Executivo e a falta de experiência dos deputados denotam uma abdicação relativamente à defesa em contraste com as outras agendas (Amorim Neto, 2010).

Essa descoberta surpreende, visto que Portugal é uma democracia consolidada e membro das principais instituições multilaterais de segurança internacional. Mas, em matéria de defesa, apresenta um baixo interesse que lhe aproximam dos países latino-americanos. Portanto, para o caso português, estudos futuros são necessários para clarificar em que medida e sob quais condições ocorre a despolitização do tema.

Quarto, os indicadores sobre a saliência sustentam diversas reflexões. Basicamente, a relação com o envio de militares para missões externas, enquanto um dos instrumentos da política externa portuguesa (Severiano Teixeira, 2010: 54; Pinto, 2012: 69), evidencia que o Parlamento português atua ativamente no acompanhamento dos contingentes militares enviados para o exterior, conforme previsto pela Lei Constitucional n.º 1/97.

Outra medida de saliência sinaliza que a agenda da defesa tem uma importância secundária no Parlamento português, visto que a proposição legislativa é uma das principais atividades nesse ambiente (Amorim Neto e Santos, 2003: 684). A isto soma-se os indícios que revelam o papel da que a mídia desempenha, o qual também confere uma importância secundária à defesa

nacional. A saliência do tema revela que há um baixo interesse tanto dos políticos quanto da mídia para com a agenda da defesa, o que tem reflexo direto na sociedade, como demonstrou Amorim Neto (2010) sobre o caso brasileiro.

Os resultados exibem diversas semelhanças com os países oriundos da Terceira Vaga de Democratização (Huntington, 1994), como Espanha e Brasil, e permitem contribuir com a literatura ao apresentar indícios de que, no que tangencia à defesa, o Parlamento português é passivo, atribui importância secundária ao tema, é especializado e despolitizado.

Referências Bibliográficas

- Adler, E. S., Berry, M., Maestas, C., & Wilkerson, J. (2005). The Politics of Legislative Specialization: Issues and Considerations in Measurement, 96TH-105TH Congresses. Paper presented at the 2005 Annual Meetings of the Midwest Political Science Association, Chicago.
- Amaral, D. F. (2005). Portugal e as missões de paz, Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República
- Amorim Neto, O., & Santos, F. (2003). O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. Dados [online], vol.46, n.4, 661-698. DOI: [org/10.1590/S0011-52582003000400002](https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000400002).
- Amorim Neto, O. (2010). O Papel do Congresso nas Questões de Defesa: Entre a Abdicação e o Comprometimento. In: Nelson Jobim *et al.* (orgs.), Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro: FGV Editora, 435-448.
- Amorim Neto, O. (2017). O Semipresidencialismo e as relações civis-militares em Portugal. In: A Constituição Portuguesa em Fluxo: uma perspectiva comparada 1976-2016. Coord. Marina Costa Lobo. Assembleia da República, 57-72.
- Bailer, S. (2011). People's Voice or Information Pool? The Role of, and Reasons for, Parliamentary Questions in the Swiss Parliament, The Journal of Legislative Studies, 17:3, 302-314, DOI: 10.1080/13572334.2011.595123
- Bianco, W. (2005). Last Post for 'The Greatest Generation': The Decline of Military Experience in the U.S. Congress. Legislative Studies Quarterly, 30 (1), 85–102. <http://www.jstor.org/stable/3598622>
- Borghetto, E., & Lisi, M. (2018). Productivity and Reselection in a Party-Based Environment: Evidence from the Portuguese Case. Parliamentary Affairs 71(4): 868–887.
- Borghetto, E., Santana-Pereira, J., & Freire, A. (2020). Parliamentary questions as an instrument for geographic representation: the hard case of Portugal. Swiss Political Science Review, 26:1, 10-30 DOI: [org/10.1111/spsr.12387](https://doi.org/10.1111/spsr.12387)
- Bruneau, T. C. (2016). As relações civis-militares em Portugal: o longo processo para o controle civil e eficácia militar. DADOS–Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 59 (2), pp. 427-448.
- Bruneau, T. C. (2019). Brazil and Portugal: The path to military influence in politics via coup election. Nação e Defesa, Lisboa, n.154, p. 7-35. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32224/1/BRUNEAUThomasC_BrazilandPortugal_thepathtomilitaryinfluenceinpoliticsviacouporelection_ND_154_p_7_35.pdf
- Cole, M. (1999). Accountability and quasi-government: The role of parliamentary questions, The Journal of Legislative Studies, 5:1, 77-101, DOI: 10.1080/13572339908420584
- Conley, R. S. (2013). The Consociational Model and Question Time in the Northern Ireland Assembly: Policy Issues, Procedural Reforms and Executive Accountability, 2007–2011
- Cotta, M. (1996). Parlamentos y Representacion, Manual de Ciência Política, Pasquino, Gianfranco, Stefano Bartolini, Maurizio Cotta, Leonardo Morlino e Angelo Panebianco, Bologna, Alianza Editorial, pp. 265 – 310.
- Cotta, M. (2002). Parlamento, Dicionário de Política, Brasília, Norberto, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino, Editora Universidade de Brasília, 11ª edição, vol. 2, pp. 877-888.

- Cox, G. W. (1987). *The Efficient Secret: The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England*. Cambridge, MA, Cambridge University Press.
- Dandoy, R. (2011). Parliamentary questions in Belgium: testing for party discipline, *Journal of Legislative Studies*, 17(3), pp. 315–326
- Dieterich, S., Hummel, H., & Marschall, S. (2015). Bringing democracy back in: The democratic peace, parliamentary war powers and European participation in the 2003 Iraq War. *Cooperation and Conflict* 50(1): 87–106
- Elgie, R. (2004). Semi-Presidentialism: Concepts, Consequences and Contesting Explanations. *Political Studies Review*: 2004 VOL 2, 314–330
- Fernandes, J. M., Leston-Bandeira, C., & Schwemmer, C. (2018). Election proximity and representation focus in party-constrained environments. *Party Politics*, 24(6), 674–685. DOI: 10.1177/1354068817689955
- Figueiredo, A. C., & Limongi, F. (2002). Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol.45, n.º 2, pp. 303-344. DOI.org/10.1590/S0011-52582002000200005
- Filipe, A. (2009). The 2007 Reform of the Portuguese Parliament: What Has Really Changed?, *The Journal of Legislative Studies*, 15(1), 1–9. Disponível em doi.org/10.1080/13572330802666752
- Freire, A., Araújo, A., Leston-Bandeira, C, Costa Lobo, M., & Magalhães, P. (2002). *O Parlamento Português: uma reforma necessária*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Assembleia da República e Instituto Amaro da Costa.
- Freire, A. (2003). Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparada, em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 295-362.
- Freire, M. (2007). O Modus Operandi de Segurança e Defesa de um Pequeno Estado Euro-Atlântico. *Nação e Defesa*, 118: 3, 69-105. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1192/1/NeD118_MiguelFreire.pdf
- Giraldo, J. K. (2006). Legislatures and National Defense: Global Comparisons. In: Thomas Bruneau; Scott Tollefson (org.). *Who Guards the Guardians and How: modern civil-military relations*. Austin: University of Texas Press.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*, Lisboa, Edições Sílabo, segunda edição revista e corrigida.
- Huntington, S. (1994). A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, pp. 335.
- Jalali, C., & Teruel, J. R. (2019). Parliamentary party groups in the Iberian democracies. In: Fernandes, J. M. & Leston-Bandeira, C. (eds) *Iberian Legislatures in Comparative Perspective*. London and New York: Routledge, pp. 49-70. ISBN 9780367729066.
- Kreppel, A. (2014). Typologies and Classifications. *The Oxford Handbook of Legislative Studies*. Edited by Shane Martin, Thomas Saalfeld, and Kaare W. Strøm DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199653010.013.0032
- Kriner, D. L. (2018). Congress, public opinion, and an informal constraint on the commander-in-chief. *The British Journal of Politics and International Relations*, 20(1), 52–68. <https://doi.org/10.1177/1369148117745860>
- Lisi, M., & Marquez, L. M. (2019). Interest groups in the Iberian parliaments. In: Fernandes, J. M. & Leston-Bandeira, C. (eds) *Iberian Legislatures in Comparative Perspective*. London and New York: Routledge, pp. 130-148. ISBN 9780367729066.

- Leston-Bandeira, C. (1995). “Controlo parlamentar na Assembleia da República: a transladação de poder da IV para a V legislatura”, *Legislação*, n.º 12, Janeiro-Março, pp. 121- 151
- Leston-Bandeira, C. (1999). The role of the Portuguese parliament based on a case study: The discussion of the budget, 1983–95, *The Journal of Legislative Studies*, 5:2, 46-73, DOI: [10.1080/13572339908420591](https://doi.org/10.1080/13572339908420591)
- Leston-Bandeira, C. (2002). *Da legislação à legitimação: o papel do Parlamento Português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Leston-Bandeira, C., & Freire, A. (2003). Internalising the lessons of stable democracy: The Portuguese parliament, *The Journal of Legislative Studies*, 9:2, 56-84, DOI: [10.1080/1357233032000250635](https://doi.org/10.1080/1357233032000250635)
- Leston-Bandeira, C. (2004). From Legislation to Legitimation: The Role of the Portuguese Parliament. From Legislation to Legitimation: The Role of the Portuguese Parliament. 10.4324/9780203322888
- Lijphart, Arend. 1971. “Comparative Politics and the Comparative Method.” *The American Political Science Review* 65(3): 682–93. Disponível em: <http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b10/Attachments/14/lijphart1971.pdf>
- Limongi, F. de M. P., & Figueiredo, A. C. (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP.
- Locher, J. R. (2002). *Victory on the Potomac: The Goldwater-Nichols Act Unifies the Pentagon*. Texas A&M University Press, pp. 544.
- Mello, P. A. (2017). Curbing the royal prerogative to use military force: the British House of Commons and the conflicts in Libya and Syria. *West European Politics* 40(1): 80–100.
- Martin, S. (2011). Parliamentary Questions, the Behaviour of Legislators, and the Function of Legislatures: An Introduction, *The Journal of Legislative Studies*, 17:3, 259-270, DOI: [10.1080/13572334.2011.595120](https://doi.org/10.1080/13572334.2011.595120)
- Martin, S. (2013). Parliamentary Questions. In. *Comparative Assessment of Parliaments (CAP) Note*. Center for International Development, Rockefeller Collegue, University at Albany. Disponível em http://old.agora-parl.org/sites/default/files/parliamentary_questions.pdf
- Matteusi, N. (2002). Assembleia. In. *Dicionário de Política*, Brasília, Norberto, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino, Editora Universidade de Brasília, 11.ª edição, vol. 1, pp. 60 – 61
- Mello, P. A., & Peters, D. (2018). Parliaments in security policy: Involvement, politicisation, and influence. *The British Journal of Politics and International Relations*, 20(1), 3–18. <https://doi.org/10.1177/1369148117745684>
- Miquel, G. P. I., & Snyder, J. R. M. (2006). Legislative Effectiveness and Legislative Careers. *Legislative Studies Quarterly*, XXXI, v.3, pp. 347-381.
- Morillo, J. (1985). *El control parlamentario del gobierno en el ordenamiento español*, Madrid, Congreso de los Diputados
- Rozenberg, O., Chopin, O., Hoeffler, C., Irondelle, B., & Joana, J. (2011). Not Only a Battleground: Parliamentary Oral Questions Concerning Defence Policies in Four Western Democracies, *The Journal of Legislative Studies*, 17:3, 340-353, DOI: [10.1080/13572334.2011.595127](https://doi.org/10.1080/13572334.2011.595127)
- Penner, K., Blidook, S., & Soroka, S. (2006). Legislative Priorities and Public Opinion: Representation of Partisan Agendas in the Canadian House of Commons, *Journal of European Public Policy*, 13, pp.1006–20.

- Pinto, M. do C. (2012). "Portugal: a participação em missões de paz como factor de credibilização externa". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, N.º 1, Primavera 2012. observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n1_art3
- Pion-Berlin, D., & Trinkunas, H. (2007). "Attention Deficits: Why Politicians Ignore Defense Policy in Latin America" in *Latin American Research Review*, Vol. 42, No. 3, October.
- Rasch, B. E. (2011). Behavioural Consequences of Restrictions on Plenary Access: Parliamentary Questions in the Norwegian Storting, *The Journal of Legislative Studies*, 17:3, 382-393, DOI: 10.1080/13572334.2011.595131
- Raube, K. (2014). Parliamentarization approaches parliamentary control in EU foreign policy. In: Wilga M and Ireneusz P (eds) *New Approaches to EU Foreign Policy*. London: Routledge, pp.125–142. Available at: <https://lirias.kuleuven.be/handle/123456789/42380>
- Raunio, T. (1996). Parliamentary questions in the European parliament: Representation, information and control, *The Journal of Legislative Studies*, 2:4, 356-382, DOI: [10.1080/13572339608420492](https://doi.org/10.1080/13572339608420492)
- Raunio, T. (2014). Legislatures and foreign policy. In: Martin S, Saalfeld T and Strøm KW (eds) *The Oxford Handbook of Legislative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 543–566.
- Rosén, G., & Raube, K. (2018). Influence beyond formal powers: The parliamentarisation of European Union security policy. *The British Journal of Politics and International Relations*, 20(1), 69–83. <https://doi.org/10.1177/1369148117747105>
- Rozenberg, O. & Martin, S. (2011). Questioning Parliamentary Questions, *The Journal of Legislative Studies*, 17:3, 394-404, DOI: [10.1080/13572334.2011.595132](https://doi.org/10.1080/13572334.2011.595132)
- Russo, F., & Wiberg, M. (2010). "Parliamentary Questioning in 17 European Parliaments: Some Steps towards Comparison", *The Journal of Legislative Studies*, 16, (2), 215-232.
- Sá, L. (1994). *O lugar da Assembleia da República no sistema político*. Ed. Caminho, Lisboa: 485 p.p. ISBN 9722109049.
- Sánchez de Dios, M. (2019). Parliamentary accountability. In: Fernandes, J. M. & Leston-Bandeira, C. (eds) *Iberian Legislatures in Comparative Perspective*. London and New York: Routledge, pp. 187-202. ISBN 9780367729066.
- Schade, D. (2018). Limiting or liberating? The influence of parliaments on military deployments in multinational settings. *The British Journal of Politics and International Relations*, 20(1), 84–103. <https://doi.org/10.1177/1369148117746918>
- Searing, D. (1994). *Westminster's World. Understanding Political Roles*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Seguro, A. J. M. (2016). *A Reforma Do Parlamento Portugues*. Lisbon: Quetzal Editores.
- Severiano Teixeira, N. (2010). Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *R:I / Relações Internacionais*, (28), 51-61. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400004&lng=pt&nrm=iso
- Severiano Teixeira, N. (2019). *The Portuguese at War: From the nineteenth century to the presente day*. Sussex Academic Press: Brighton, UK, pp. 241. ISBN 9781782846574 (Pdf).
- Soroka, S., Penner, E., & Blidook, K. (2009). Constituency Influence in Parliament. *Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique* 42(3): 563–591.

- Strong, J. (2015). Why parliament now decides on war: Tracing the growth of the parliamentary prerogative through Syria, Libya and Iraq. *The British Journal of Politics and International Relations* 17(4): 604–622
- Vliegthart, R., & Walgrave, S. (2011). Content Matters: The Dynamics of Parliamentary Questioning in Belgium and Denmark. *Comparative Political Studies*, 44(8), 1031–1059. <https://doi.org/10.1177/0010414011405168>
- Vitorino, A. (1988). O controlo parlamentar dos actos do Governo, *Portugal: o Sistema Político e Constitucional (1974-1987)*, Coelho, M. B. (ed.), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 369-386.
- Vitorino, A. (1998). Opções de Política de Defesa Nacional, Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Volden, C., & Wiseman, A. E. (2009). Legislative Effectiveness in Congress. The Ohio State University. Working Paper, 1-43. Disponível em https://my.vanderbilt.edu/alanwiseman/files/2011/08/LEP_webpage_090710.pdf
- Wagner, W., Peters, D. & Glahn, C. (2010). *Parliamentary War Powers around the World, 1989–2004: A New Dataset* (Occasional Paper No.22). Geneva: Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF).
- Wagner, W. (2018). Is there a parliamentary peace? Parliamentary veto power and military interventions from Kosovo to Daesh. *The British Journal of Politics and International Relations*, 20(1), 121–134. <https://doi.org/10.1177/1369148117745859>
- Wiberg, M., Koura, A. (1994). The logic of parliamentary questioning. In Wiberg, M. (Ed.), *Parliamentary control in the Nordic countries* (pp. 19-44). Tampere: Finnish Political Science.

Documentos consultados

Anuários Estatísticos da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL – 2000. Disponível em

https://www.sipri.org/sites/default/files/research/armaments/transfers/transparency/national_reports/portugal/POR00Ch6.pdf

Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL – 2003. Disponível em

www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Anuario_2003.pdf

Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL – 2005. Disponível em

www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Anuario_2005.pdf

Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL – 2009. Disponível em

https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Anuario_estatistico_2009.pdf

Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL – 2011. Disponível em

www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Anuario_2011.pdf

Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL – 2015. Disponível em

https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/anuario-estatistico-dn-2015-pdf.pdf

Debates em Reuniões Plenárias – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Reunião Plenária de 11 de dezembro de 1984. Disponível em

https://ficheiros.parlamento.pt/dilp/NT/XII_Leg/PJL/PJL_374/DAR_IS_27_III Leg.pdf

Reunião Plenária de 13 de dezembro de 1984. Disponível em

https://ficheiros.parlamento.pt/dilp/NT/XII_Leg/PJL/PJL_374/DAR_IS_28_III Leg.pdf

Reunião Plenária de 4 de junho de 1993. Disponível em

https://ficheiros.parlamento.pt/dilp/NT/XII_Leg/PJL/PJL_374/DAR_IS_80_V Leg.pdf

Reunião Plenária de 20 de novembro de 2002. Disponível em

https://ficheiros.parlamento.pt/dilp/NT/XII_Leg/PJL/PJL_374/dar_I_S_57_IX_1.pdf

Reunião Plenária de 8 de março de 2013. Disponível em

https://ficheiros.parlamento.pt/dilp/NT/XII_Leg/PJL/PJL_374/dar_I_S_64_XII_2.pdf

Trabalhos preparatórios – Lei Orgânica 1-B/2009

Proposta de Lei 243/X. Disponível em

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=34214>

Trabalhos preparatórios – Lei Orgânica 1-A/2009

Proposta de Lei 245/X. Disponível em

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=34212>

Legislação consultada

Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85, de 20 de fevereiro – Diário da República n.º 42, I Série, de 20 de fevereiro de 1985 – Aprova o conceito estratégico de defesa nacional. Disponível em

<https://www.dre.pt/application/dir/pdfs/1985/02/04200/03770380.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94, de 13 de janeiro – Diário da República, n.º 29, I Série-B, de 4 de fevereiro de 1994 – Aprova o conceito estratégico de defesa nacional. Disponível em

<https://www.dre.pt/application/dir/pdfs/1994/02/029B00/05500552.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de dezembro de 2002 - Diário da República, n.º 16, I Série-B, de 20 de janeiro de 2003 – Aprova o conceito estratégico de defesa nacional. Disponível em

<https://www.dre.pt/application/dir/pdfs/2003/01/016B00/02790287.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 21 de março – Diário da República, n.º 67, I Série, de 5 de abril de 2013 – Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Disponível em

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/04/06700/0198101995.pdf>

Missões internacionais e cooperação técnico-militar

Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto – Lei que regula o acompanhamento, pela Assembleia da República, do envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro. Disponível em

<https://www.dre.pt/application/dir/pdfs/2003/08/193A00/53935393.pdf>

Organização da estrutura superior da Defesa Nacional e Forças Armadas – Bases da Organização das Forças Armadas

Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho – Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas. Disponível em <https://www.dre.pt/application/dir/pdfs/2009/07/12901/0000200009.pdf>

Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro – Procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas. Disponível em <https://dre.pt/application/file/a/56386176>

Organização da estrutura superior da Defesa Nacional e Forças Armadas – Lei da Defesa Nacional

Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho – Lei de Defesa Nacional. Disponível em

<https://www.dre.pt/application/dir/pdfs/2009/07/13800/0454104550.pdf>

Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto – Procede à primeira alteração à Lei de Defesa Nacional. Disponível

em <https://www.dre.pt/application/dir/pdfs/2009/07/13800/0454104550.pdf>

Reforma Defesa 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril – Diário da República n.º 77, I Série, de 19 de abril de 2013 – Aprova as linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, designada por Reforma "Defesa 2020". Disponível em

<https://dre.pt/application/file/a/260308>

Serviço Militar

Lei n.º 174/99, de 21 de setembro - Diário da República, n.º 221, I Série-A, de 21 de setembro de 1999. Aprova a

Lei do Serviço Militar. Disponível em

<https://www.dre.pt/application/dir/pdfs/1999/09/221A00/65416550.pdf>

Anexo 1 – Experiência profissional na área da defesa (Hipótese 1)

Chi-Square Tests^c

	Value	df	Asymptotic Significance (2-sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	20,879 ^a	1	,000	,000	,000	
Continuity Correction ^b	20,464	1	,000			
Likelihood Ratio	20,124	1	,000	,000	,000	
Fisher's Exact Test				,000	,000	
Linear-by-Linear Association	20,875 ^d	1	,000	,000	,000	,000
N of Valid Cases	5281					

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 194,92.

b. Computed only for a 2x2 table

c. For 2x2 crosstabulation, exact results are provided instead of Monte Carlo results.

d. The standardized statistic is 4,569.

Symmetric Measures

		Value	Approximate Significance	Monte Carlo Significance		
				Significance	99% Confidence Interval	
				Lower Bound	Upper Bound	
Nominal by Nominal	Phi	,063	,000	,000 ^c	,000	,000
	Cramer's V	,063	,000	,000 ^c	,000	,000
N of Valid Cases		5281				

c. Based on 10000 sampled tables with starting seed 1502173562.

Anexo 2 – Atuação parlamentar na área da defesa (Hipótese 2)

Chi-Square Tests^c

	Value	df	Asymptotic Significance (2-sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	2,390 ^a	1	,122	,123	,066	
Continuity Correction ^b	2,263	1	,133			
Likelihood Ratio	2,386	1	,122	,133	,066	
Fisher's Exact Test				,123	,066	
Linear-by-Linear Association	2,390 ^d	1	,122	,123	,066	,010
N of Valid Cases	5281					

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 308,47.

b. Computed only for a 2x2 table

c. For 2x2 crosstabulation, exact results are provided instead of Monte Carlo results.

d. The standardized statistic is 1,546.

Symmetric Measures

		Value	Approximate Significance	Monte Carlo Significance		
				Significance	99% Confidence Interval	
				Lower Bound	Upper Bound	
Nominal by Nominal	Phi	,021	,122	,129 ^c	,120	,138
	Cramer's V	,021	,122	,129 ^c	,120	,138
N of Valid Cases		5281				

c. Based on 10000 sampled tables with starting seed 926214481.

Anexo 3 – Ideologia do espectro de direita (Hipótese 3)

Chi-Square Tests^c

	Value	df	Asymptotic Significance (2-sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	2,390 ^a	1	,122	,123	,066	
Continuity Correction ^b	2,263	1	,133			
Likelihood Ratio	2,386	1	,122	,133	,066	
Fisher's Exact Test				,123	,066	
Linear-by-Linear Association	2,390 ^d	1	,122	,123	,066	,010
N of Valid Cases	5281					

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 308,47.

b. Computed only for a 2x2 table

c. For 2x2 crosstabulation, exact results are provided instead of Monte Carlo results.

d. The standardized statistic is 1,546.

Symmetric Measures

		Value	Approximate Significance	Monte Carlo Significance		
				Significance	99% Confidence Interval	
				Lower Bound	Upper Bound	
Nominal by Nominal	Phi	,021	,122	,129 ^c	,120	,138
	Cramer's V	,021	,122	,129 ^c	,120	,138
N of Valid Cases		5281				

c. Based on 10000 sampled tables with starting seed 926214481.

Anexo 4 – Contexto político de Oposição ao Governo (Hipótese 4)

Chi-Square Tests^c

	Value	df	Asymptotic Significance (2-sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	331,678 ^a	1	,000	,000	,000	
Continuity Correction ^b	330,163	1	,000			
Likelihood Ratio	358,479	1	,000	,000	,000	
Fisher's Exact Test				,000	,000	
Linear-by-Linear Association	331,615 ^d	1	,000	,000	,000	,000
N of Valid Cases	5281					

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 328,69.

b. Computed only for a 2x2 table

c. For 2x2 crosstabulation, exact results are provided instead of Monte Carlo results.

d. The standardized statistic is 18,210.

Symmetric Measures

	Value	Approximate Significance	Monte Carlo Significance			
			Significance	99% Confidence Interval		
				Lower Bound	Upper Bound	
Nominal by Nominal	Phi	,251	,000	,000 ^c	,000	,000
	Cramer's V	,251	,000	,000 ^c	,000	,000
N of Valid Cases	5281					

c. Based on 10000 sampled tables with starting seed 1314643744.

Anexo 5 – Eleito por distrito com indústria da defesa (Hipótese 5)

Chi-Square Tests^c

	Value	df	Asymptotic Significance (2-sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	3,110 ^a	1	,078	,085	,042	
Continuity Correction ^b	2,960	1	,085			
Likelihood Ratio	3,143	1	,076	,077	,042	
Fisher's Exact Test				,085	,042	
Linear-by-Linear Association	3,109 ^d	1	,078	,085	,042	,007
N of Valid Cases	5281					

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 244,46.

b. Computed only for a 2x2 table

c. For 2x2 crosstabulation, exact results are provided instead of Monte Carlo results.

d. The standardized statistic is 1,763.

Symmetric Measures

	Value	Approximate Significance	Monte Carlo Significance			
			Significance	99% Confidence Interval		
				Lower Bound	Upper Bound	
Nominal by Nominal	Phi	,024	,078	,086 ^c	,079	,093
	Cramer's V	,024	,078	,086 ^c	,079	,093
N of Valid Cases	5281					

c. Based on 10000 sampled tables with starting seed 624387341.

Anexo 6 – Militares em missões no exterior (Hipótese 6)

Correlations

		Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional	Militares em missões no exterior
Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional	Pearson Correlation	1	,115**
	Sig. (1-tailed)		,000
	N	5281	5281
Militares em missões no exterior	Pearson Correlation	,115**	1
	Sig. (1-tailed)	,000	
	N	5281	5281

** . Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Anexo 7 – Peso relativo dos projetos de lei relacionados à defesa (Hipótese 7)

Correlations

		Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional	Peso relativo dos projetos de lei relacionados à defesa
Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	1 5281	,011 ,206 5281
Peso relativo dos projetos de lei relacionados à defesa	Pearson Correlation Sig. (1-tailed) N	,011 ,206 5281	1 5281

Anexo 8 – Notícias na Web relacionadas à defesa (Hipótese 8)

Correlations

		Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional	Notícias na Web relacionadas à defesa
Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional	Pearson Correlation	1	-,069**
	Sig. (1-tailed)		,000
	N	5281	3860
Notícias na Web relacionadas à defesa	Pearson Correlation	-,069**	1
	Sig. (1-tailed)	,000	
	N	3860	3860

** . Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Anexo 9 – Regressão Categórica

Credit

Catreg
Version 3.0
by
Leiden SPSS Group
Leiden University
The Netherlands

Case Processing Summary

Valid Active Cases	5281
Active Cases with Missing Values	0
Supplementary Cases	0
Total	5281
Cases Used in Analysis	5281

Model Summary

Multiple R	R Square	Adjusted R Square	Apparent Prediction Error
.310	.096	.095	.904

Dependent Variable: Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional

Predictors: VI.Experiência profissional na área da defesa
VI.Atuação parlamentar na área da defesa VI.Ideologia do espectro de direita VI.Oposição ao Governo VI.Eleito por distrito com indústria da defesa

ANOVA

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Regression	505.970	5	101.194	111.790	.000
Residual	4775.030	5275	.905		
Total	5281.000	5280			

Dependent Variable: Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional

Predictors: VI.Experiência profissional na área da defesa VI.Atuação parlamentar na área da defesa VI.Ideologia do espectro de direita VI.Oposição ao Governo VI.Eleito por distrito com indústria da defesa

Coefficients

	Standardized Coefficients		df	F	Sig.
	Beta	Bootstrap (1000)			
		Estimate of Std. Error			
VI.1 Experiência profissional	.050	.014	1	12.757	.000
VI.2 Atuação parlamentar	.173	.015	1	134.979	.000
VI.3 Ideologia do espectro de direita	.003	.008	1	.118	.731
VI.4 Oposição ao Governo	.222	.011	1	379.830	.000
VI.5 Distrito com indústria da defesa	.022	.012	1	3.255	.071

Dependent Variable: Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional

Correlations and Tolerance

	Correlations			Importance	Tolerance
	Zero-Order	Partial	Part		After Transformation
VI.1 Experiência profissional	.063	.052	.050	.033	.994
VI.2 Atuação parlamentar	.211	.176	.170	.381	.970
VI.3 Ideologia do espectro de direita	-.021	.003	.003	-.001	.974
VI.4 Oposição ao Governo	.251	.222	.217	.582	.952
VI.5 Distrito com indústria da defesa	.024	.023	.022	.006	.998

Correlations and Tolerance

	Tolerance
	Before Transformation
VI.1 Experiência profissional	.994
VI.2 Atuação parlamentar	.970
VI.3 Ideologia do espectro de direita	.974
VI.4 Oposição ao Governo	.952
VI.5 Distrito com indústria da defesa	.998

Dependent Variable: Enviou Questões para o Ministério da Defesa Nacional